



2013

# Relatório de Gestão



**COFECON**

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

# Estrutura Organizacional

Ermes Tadeu Zapelini

**Presidente**

Luiz Alberto de Souza Aranha Machado

**Vice-Presidente**

## *Conselheiros Efetivos*

---

Antonio Eduardo Poleti  
Antonio Melki Júnior  
Celina Martins Ramalho  
Eduardo José Monteiro da Costa  
Erivaldo Lopes do Vale  
Ermes Tadeu Zapelini  
Fábio José Ferreira da Silva  
Fabíola Andréa Leite de Paula  
Francisco Assunção e Silva  
José Luiz Amaral Machado  
Júlio Alfredo Rosa Paschoal  
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado  
Odisnei Antônio Béga  
Paulo Dantas da Costa  
Roberto Bocaccio Piscitelli  
Róridan Penido Duarte  
Sebastião Demuner  
Wellington Leonardo da Silva

## *Conselheiros Suplentes*

---

Airton Soares Costa  
Antonio Eduardo Nogueira  
Carlos Alberto Safatle  
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda  
Charles Schneider  
Denivaldo Targino da Rocha  
Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro  
Edson Peterli Guimarães  
Edson Nogueira Fernandes Jr.  
José Emílio Zambom da Silva  
Júlio Flávio Gameiro Miragaya  
Lourival Batista de Oliveira Júnior  
Marcelo Martinovich dos Santos  
Nei Jorge Correia Cardim  
Paulo Roberto Lucho  
Paulo Salvatore Ponzini  
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves



## *Colaboradores*

---

### **Assessor Especial**

Carlos Roberto de Castro

### **Procurador-Chefe**

Marcus Vilmon Teixeira dos Santos

### **Assessor**

Fernando Athaide Nóbrega Filho

### **Coordenadora de Apoio ao Sistema**

Aline Tales Ferreira Sette

### **Coordenador de Gestão**

João Carlos de Aguiar Nascimento

## *Profissional de Atividade Estratégica - PAE*

---

### **Advogados**

Susana Souza Oliveira

Marília Andrade Rosa

### **Contador**

Antonio Tolentino

### **Economista**

Maria Aparecida Carneiro

### **Jornalista**

Manoel José Castanho

## *Profissional de Suporte Técnico - PST*

---

### **Técnico em Contabilidade**

José Luiz Pereira Barboza

### **Assistentes Administrativos**

Ana Claudia Ramos Pinto

Daniel Nunes de Oliveira

Danielle Costa Barbosa

João Henrique Vieira Costa

Lilian de Souza Barbosa

### **Técnico de Informática**

Danyel Willian Santos Teófilo

## *Profissional de Suporte Administrativo - PSA*

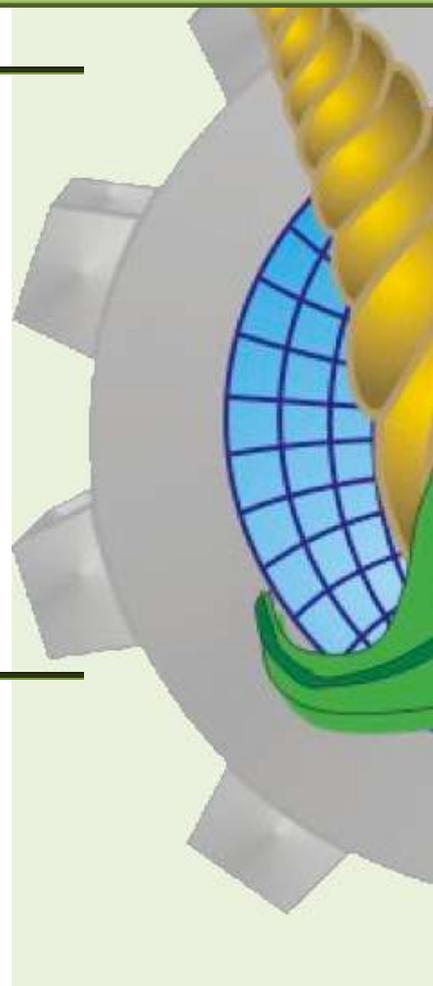
---

### **Assistentes Administrativos**

Alexandre Café Rodrigues

Edna Barroso Machado

Jane Lopes da Silva



## *Mensagem da Presidência*

### **1. Ações Internas**

#### **1.0 . Sistema**

##### ***Cofecon/Corecon***

---

- 1.1 Sessões Plenárias
- 1.2 Comissões de trabalho
- 1.3 Auxílios e doações aos Conselhos
- 1.4 II Programa de recuperação de créditos
- 1.5 Interação das gestões do Cofecon/Corecon's

#### **2. Conselho Federal de Economia**

---

- 2.1. A Estrutura organizacional
- 2.2. Processamento de informações
- 2.3 Informações Econômico-financeiras
- 2.4 Compras e Licitações
- 2.5 Procedimentos para obtenção de uma nova sede
- 2.6 Acompanhamento de projetos de lei no Congresso Nacional

### **3. Ações Externas**

#### **3.0. O Sistema e a Mídia**

---

- 3.1 Revista dos Economistas
- 3.2 Novo site

#### 3.3 Dia do Economista

### **4 - Eventos**

---

- 4.1 Ato Público pela Renegociação das Dívidas dos Estados
- 4.2 Encontro de Entidades de Economistas da Amazônia Legal - ENAM
- 4.3 Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE)
- 4.4 IX Encontro de Economistas do Centro-Oeste - ENEOESTE
- 4.5 Encontro de Economistas da Região Sul (Enesul)
- 4.6 Encontro dos Cursos de Economia da Região Sul
- 4.7 – Entrega do prêmio Personalidade Econômica do Ano
- 4.8 Congresso Brasileiro de Economia
- 4.9 XIX Prêmio Brasil de Economia
- 4.10 III Gincana Nacional de Economia
- 4.11 III Encontro de Economistas da Região Sudeste
- 4.12 Simpósio sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional
- 4.13 Encontro Nacional dos Conselhos Profissionais
- 4.14 Seminário de Integração Regional do Zicosur

#### **Anexo 1 – Notas oficiais do Cofecon**



## Mensagem da Presidência

---

A elaboração do relatório de gestão deixa apreensiva a administração que acaba de concluir sua gestão. Ainda que certa de ter cumprido com os objetivos programados, evidentemente com os limites dos recursos físicos, humanos e orçamentários, fica sempre aquela sensação de que se poderia ter feito mais. Embora no mais das vezes estas observações sejam omitidas, com certeza, fazem parte da intimidade de cada dirigente.

O ano de 2013 foi um dos mais intensos nas atividades do Sistema, além das atividades de rotina, haviam alguns desafios a serem vencidos, dentre outros cita-se: o Congresso Brasileiro de Economia; a atualização, ampliação, harmonização, adequação, expansão do sistema operacional; a meta de padronizar em 2013 os bancos de dados cadastrais dos Corecons; incluir todos os Corecons no Sistema Siscaf; obter sede para instalações físicas adequadas ao Cofecon; a implantação do II Programa Nacional de Recuperação de Créditos, além das demandas dos Corecons apresentadas por ocasião das Plenárias Ampliadas, entre as quais podem ser citadas a possibilidade de pagamento das anuidades em cartão de crédito e a implantação do sistema eletrônico para as eleições dos Regionais.

Todos os fatos de suma importância ao Sistema. Contudo, a maior prioridade e o mais relevante para o economista é a definição legal das atividades do profissional. A Comissão que acompanha o Projeto de Lei do Senado nº 658/2007, tendo a coordenação do Conselheiro Paulo Dantas da Costa, atuou intensa e exaustivamente junto às comissões do Senado e junto aos senhores Senadores, tendo conseguido ganhos memoráveis na sua tramitação. Não podemos deixar de lembrar que este destravamento do projeto fluiu com mais leveza após a sessão Plenária do Cofecon onde por unanimidade dos presentes, Conselheiros e Presidentes dos Corecons firmaram pacto de trabalharem a partir daquele momento pela definição das atividades legais do economista. Esta Administração considera a referida ação do Plenário ampliado, o maior feito do Sistema Cofecon/Corecons, dos últimos anos. Digno de registro, com a crença de que haverá desdobramentos altamente positivos.

Considerando que a receita não correspondeu às expectativas e frente aos inúmeros encargos do órgão, a Administração optou, mesmo com certo constrangimento e inspirado pelo Papa Francisco, em restringir ao máximo a despesa orçamentária. Apelamos para a compreensão de todos e vamos à luta por mais registros de economistas no Sistema.

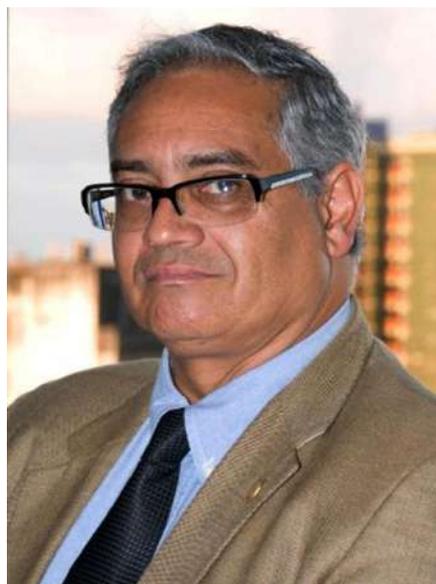
Ao finalizar, Presidente e Vice-Presidente (que esteve por três períodos no exercício da Presidência) agradecem aos Senhores Conselheiros Federais pela dedicação e empenho nas funções desempenhadas e na representação no Cofecon. Aos presidentes dos Corecons pelas sugestões, colaborações, os brilhantes eventos realizados nas suas sedes, a criatividade com que contribuíram com novas ideias e muito especialmente por compreenderem os limites das ações do Cofecon com os recursos disponíveis. Dos funcionários, esperamos o reconhecimento de que mesmo num momento de receita em declínio conseguimos realizar, dentro do possível, o sonho de implantar o sistema de cargos e salários, após longo período de espera. Aos colaboradores, participantes das comissões, conferencistas, palestrantes, autoridades públicas, e demais amigos do Sistema Cofecon/Corecons, os agradecimentos dos administradores e a informação de que seus nomes ficaram registrados, com louvor, nos anais da casa.



Ernes Tadeu Zapelini  
Presidente



Luiz Alberto de Souza Aranha Machado  
Vice-Presidente



# 1. Ações Internas

## 1.0. Sistema Cofecon/Corecon

### 1.1. Sessões plenárias

#### **647ª Sessão Plenária Ampliada**

---

Resolução 1.887, de 21 de fevereiro de 2013

Aprova o Regulamento da III Gincana Nacional de Economia - 2013.

Resolução 1.888, de 21 de fevereiro de 2013

Dispõe sobre o Regulamento do XIX Prêmio Brasil de Economia.

Deliberação 4.779, de 21 de fevereiro de 2013

Homologa processos administrativos apreciados na 647ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

Deliberação 4.780, de 21 de fevereiro de 2013

Arquiva o processo de solicitação de intervenção do COFECON no CORECON-SC, apreciado na 647ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

#### **648ª Sessão Plenária**

---

Resolução nº 1.889, de 12 de abril de 2013.

Altera dispositivos do Manual de Procedimentos Contábeis e Financeiros do Sistema COFECON/CORECON, aprovado pela Resolução nº 1.841/2010. Resolução nº 1.890, de 13 de abril de 2013.

Prorroga até 1º de julho de 2013 os efeitos da Resolução 1.876, de 28 de julho de 2012, que cria o II Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecon e dá outras providências.

Resolução nº 1.891, de 13 de abril de 2013.

Reconhece o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Conselho Regional de Economia da 27ª Região - RR no ato de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta frente ao Conselho Federal de Economia, em 06.06.2012.

Resolução nº 1.892, de 13 de abril de 2013.

Normatiza a concessão de prêmios, homenagens e comendas no âmbito do Sistema COFECON/CORECON.

Deliberação nº 4.781, de 05 de março de 2013.

Homologa o Dossiê Eleitoral referente ao Processo Eleitoral Extraordinário do Conselho Regional de Economia da 9ª Região - PA.

Deliberação nº 4.782, de 12 de abril de 2013

Homologa processos administrativos apreciados na 648ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.783, de 13 de abril de 2013.

Homologa Processos Contábeis dos Conselhos Regionais de Economia.

#### **649ª Sessão Plenária**

---

Deliberação nº 4.784, de 18 de maio de 2013.

Homologa Processos Contábeis dos Conselhos Regionais de Economia.

Deliberação nº 4.785, de 18 de maio de 2013

Homologa processos administrativos apreciados na 649ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

## **650ª Sessão Plenária**

---

Resolução nº 1.893, de 27 de junho de 2013

Prorroga até 31 de julho de 2013 os efeitos da Resolução 1.876, de 28 de julho de 2012, que criou o II Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema COFECON/CORECONs.

Resolução nº 1.894, de 20 de julho de 2013.

Aprova alterações de dispositivos da Resolução nº 1.880, que trata do Normativo de Procedimentos para Registro de Pessoas Jurídicas junto aos Conselhos Regionais de Economia.

Resolução nº 1.895, de 20 de julho de 2013.

Prorroga até 31 de dezembro de 2013 os efeitos da Resolução 1.876, de 28 de julho de 2012, que criou o II Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecon e dá outras providências.

Resolução nº 1.896, de 20 de julho de 2013.

Aprova o normativo relativo à promoção e apoio a eventos de interesse dos economistas, no âmbito do Sistema COFECON/CORECON.

Deliberação nº 4.786, de 20 de julho de 2013.

Homologa Processos Contábeis apreciados na 650ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.787, de 20 de julho de 2013

Homologa processos administrativos apreciados na 650ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

## **651ª Sessão Plenária**

---

Resolução nº 1.897, de 10 de agosto de 2013

Aprova alterações de dispositivos da Resolução nº 1.879/2012, que trata do Normativo de Procedimentos para Registro de Pessoas Físicas junto aos Conselhos Regionais de Economia.

Deliberação nº 4.788, de 10 de agosto de 2013

Homologa processos administrativos apreciados na 651ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.789, de 10 de agosto de 2013

Homologa processos contábeis apreciados na 651ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

## **652ª Sessão Plenária**

---

Resolução nº 1.898, de 9 de setembro de 2013

Fixa os valores das anuidades, bem como dos emolumentos e multas devidos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia para o exercício de 2014 e dá outras providências.

Resolução nº 1.899, de 9 de setembro de 2013

Aprova alterações de dispositivos da Resolução nº 1.879, que trata do Normativo de Procedimentos para Registro de Pessoas Físicas junto aos Conselhos Regionais de Economia.

Deliberação nº 4.790, de 22 de agosto de 2013

Homologa os resultados do XIX Prêmio Brasil de Economia-2013

Deliberação nº 4.791, de 9 de setembro de 2013

Homologa processos contábeis apreciados na 652ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.792, de 9 de setembro de 2013

Homologa processos administrativos apreciados na 652ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

### **653ª Sessão Plenária**

---

Resolução nº 1.900, de 11 de novembro de 2013

Determina abertura de Tomada de Contas Especial no Conselho Regional de Economia da 14ª Região - MT, nos termos da Lei nº 8443/1992 e da Instrução Normativa TCU nº 71/2012, para apurar responsabilidades pela não prestação de contas ao COFECON, bem como para a apuração de ocorrência de danos ao erário do Conselho Regional, e dá outras providências.

Resolução nº 1.901, de 28 de novembro de 2013

Determina que as tarifas bancárias referentes à impressão e envio dos boletos bem como os custos com a cobrança das anuidades são de responsabilidade dos Conselhos Regionais de Economia.

Resolução nº 1.902, de 28 de novembro de 2013

Define as obrigações das pessoas físicas e das pessoas jurídicas que exploram atividade de economia e finanças, em razão dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Resolução nº 1.903, de 28 de novembro de 2013

Aprova o Regimento do Congresso Brasileiro de Economia - CBE.

Deliberação nº 4.793, 18 de outubro de 2013.

Dá provimento à solicitação do Presidente do Conselho Regional de Economia da 9ª Região - PA para adiar a apuração das Eleições do Regional para o dia 08 de novembro de 2013 em virtude da greve dos Correios.

Deliberação nº 4.794, de 28 de novembro de 2013

Homologa processos contábeis apreciados na 653ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.795, de 28 de novembro de 2013.

Homologa Dossiês Eleitorais - 2013.

Deliberação nº 4.796, de 28 de novembro de 2013

Homologa processos administrativos apreciados na 653ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

### **654ª Sessão Plenária**

---

Resolução nº 1.904, de 18 de dezembro de 2013

Prorroga em noventa dias o prazo para a Tomada de Contas Especial apurar responsabilidades pela não prestação de contas ao COFECON, bem como para a apuração de ocorrência de danos ao erário do Conselho Regional de Economia da 14ª Região - MT.



Resolução nº 1.905, de 26 de dezembro de 2013.

Prorroga até 28 de fevereiro de 2014 os efeitos da Resolução 1.876, de 28 de julho de 2012, que cria o II Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecon.

Deliberação nº 4.797, de 13 de dezembro de 2013

Homologa processos contábeis apreciados na 654ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.798, de 13 de dezembro de 2013

Homologa processo administrativo apreciado na 654ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.799, de 13 de dezembro de 2013

Homologa Dossiê Eleitoral do CORECON-AP - 2013.

Deliberação nº 4.800, de 13 de dezembro de 2013

Determina a realização de Processo Eleitoral Extraordinário no âmbito do CORECON-PA.

### **Demandas dos Corecons nas Sessões Ampliadas**

Duas vezes ao ano, são realizadas sessões plenárias ampliadas onde se reúnem os conselheiros federais e os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. Em 2013 elas foram realizadas em fevereiro e em setembro. Como resultado, os presidentes dos Corecons elencaram uma série de solicitações ao Conselho Federal de Economia.



O quadro seguinte demonstra as solicitações dos Presidentes dos Conselhos regionais de Economia e a situação da demanda no Cofecon.

**Registramos o atendimento aos seguintes itens:**

<b>ASSUNTO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<p>O Corecon-RO solicita ao Cofecon o encaminhamento de exigência por parte das instituições financeiras, a Anotação de Responsabilidade Técnica de todo projeto econômico de viabilidade econômico financeiro apresentado por economista.</p> <p>O Corecon-RO sugere a exigência junto aos bancos que todos os projetos de viabilidade econômica sejam assinados pelo profissional economista.</p>	<p><b>EM ANDAMENTO.</b> Trata-se de uma ação contínua de convencimento das Instituições Financeiras para exigibilidade de participação dos economistas nos projetos de viabilidade econômica financeira. Foram feitas solicitações ao Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento, etc.</p>
<p>O Corecon-RO reforça a necessidade da elaboração de um parâmetro fiscalização que seja administrada por uma comissão do COFECON.</p>	<p><b>EM ANDAMENTO.</b> Por meio da Portaria nº 11, de 26 de março de 2013, foi criado um Grupo de Trabalho responsável por atualizar o item 6.2 da Consolidação da Profissão de Economia, que trata dos procedimentos de fiscalização profissional.</p>
<p>O Corecon-RR efetuou plano de recuperação de créditos no seu Regional, solicita prorrogação do prazo determinado.</p>	<p><b>ATENDIDO.</b> Resolução nº 1.893, de 27 de junho de 2013. Prorroga até 31 de julho de 2013 os efeitos da Resolução 1.876, de 28 de julho de 2012, que cria o II Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecon. O prazo ainda foi prorrogado até 28 de fevereiro de 2014 pela resolução nº 1.906, de 19 de fevereiro de 2014</p>
<p>O Corecon-MT sugeriu que o COFECON realize uma pesquisa sobre o perfil do economista.</p>	<p><b>EM ANÁLISE,</b> em especial no que se refere aos custos envolvidos para continuidade do projeto. Inúmeras pesquisas do gênero foram realizadas. Há necessidade de explicitar o que se quer deste tipo de procedimento, com clareza e objetividade. É importante termos foco em nossas pesquisas a fim de evitarmos desgastes junto à classe ao não darmos o retorno esperado.</p>
<p>O Corecon-AL entende que a realidade do Estado de Alagoas contradiz com o aumento da idade de remissão. Estudar a legislação, antecipar a idade para remissão.</p>	<p><b>EM ANÁLISE.</b> Esta solicitação requer estudo da longevidade da população brasileira por estado. O nível de complexidade e o tratamento diferenciado por Estado é complicador que teremos que enfrentar. Vamos providenciar o estudo.</p>

O Corecon-AL sugere modernização nos procedimentos eleitorais do Sistema COFECON/CORECON com a utilização de eleições eletrônicas.

O Corecon-AL aponta a necessidade dos Conselhos Regionais de Economia, juntamente com o COFECON, acompanharem a tramitação do projeto de lei da profissão do economista nas duas casas civis.

O Corecon-PI sugere que o COFECON estabeleça parceria com os Conselhos, apresentação de projetos visando aquisição de veículo tipo popular para apoio às atividades do Conselho, principalmente de fiscalização.

O Corecon-PI solicita que o COFECON regulamente definição de valores diferentes para diárias.

O Corecon-PB solicita convênio para implementação do sistema para as gincanas de economia de todos os conselhos.

O Corecon-PE sugere recebimento das dívidas por meio de cartão de crédito parcelado, desde que o parcelamento seja efetuado até o mês de março. Este assunto foi encaminhado na plenária do SINCE acontecido em Belo Horizonte - MG.

**EM ANÁLISE.** Todos os Corecons conhecem a realidade do Sistema. Não temos o cadastro único. Sem ele é praticamente impossível abrir frentes de trabalho. Estamos finalizando através de esforço hercúleo o dito cadastro. Na sequência será atividade prioritária do Sistema a eleição eletrônica.

**ATENDIDO.** O assunto é tratado com prioridade no âmbito do Sistema Cofecon/Corecon. Na 647ª Plenária foi assinado um termo de compromisso pelos Presidentes dos Corecons e Conselheiros Federais, num ato de comprometimento para viabilizar a atualização da legislação profissional do economista. Temos comissão do Cofecon e assessoria parlamentar acompanhando, com relatórios mensais o andamento das tramitações.

**EM ANÁLISE.** A despeito de trabalharmos com orçamento que não consegue dar conta das atuais atividades do Cofecon, faremos o estudo para aquisição de veículo.

**ATENDIDO.** Os Conselhos Regionais de Economia poderão regulamentar valores diferenciados de diárias em âmbito regional, desde que respeitado o limite estabelecido pela Resolução nº 1.851, de 28 de maio de 2011 e atualizado pela Portaria nº 15, de 03 de maio de 2013.

**ATENDIDO.** Resolução nº 1.887, de 21 de fevereiro de 2013. Aprova o Regulamento da III Gincana Nacional de Economia – 2013. O COFECON providenciou a locação do software para realização das etapas regionais, o qual foi disponibilizado gratuitamente a todos os Conselhos Regionais de Economia.

**EM ANÁLISE.** Criada Comissão para a implantação. Discussões já estão sendo realizadas nas reuniões plenárias.



O Corecon-MA aborda o tema discutido no SINCE acontecido em Belo Horizonte - MG, que tratou da criação de uma estrutura de fiscalização para dar suporte aos pequenos CORECONs localizados nas regiões nordeste, norte e centro-oeste.

O Corecon-MA solicita que o COFECON informe a questão da patrulha fiscalizadora.

Realização de um diagnóstico sobre a situação dos registros nos Conselhos Regionais de Economia. Providenciar consulta às Instituições de Ensino sobre os cursos ministrados e os diplomas fornecidos.

Aproximação do Sistema COFECON/CORECON com as faculdades de economia.

Repensar o regulamento do prêmio Personalidade Econômica do Ano.

Diminuir o prazo para expedição de carteiras profissionais.

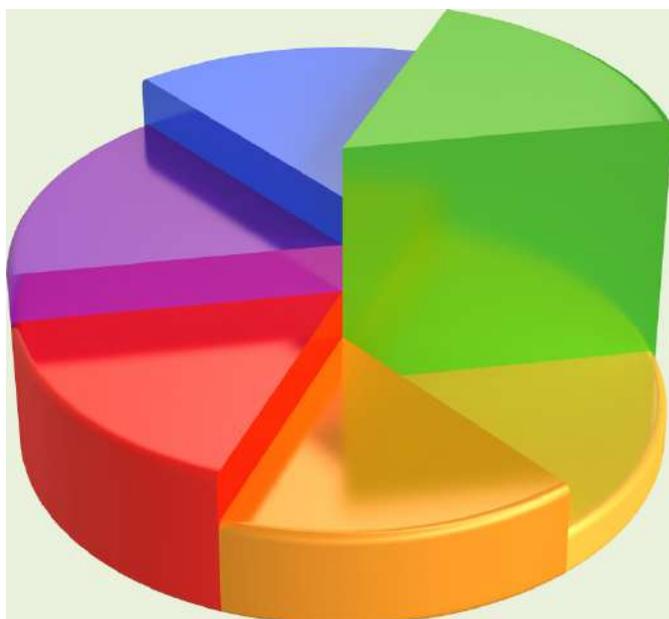
**ATENDIDO.** O Cofecon designou Economista para acompanhar e auxiliar o encaminhamento dos assuntos de fiscalização dos Corecons.

**ATENDIDO.** A pesquisa foi realizada e o resultado foi divulgado aos Conselhos Regionais de Economia.

**ATENDIDO.** Ação contínua do Sistema Cofecon/Corecon. Destaca-se a realização de projetos visando essa aproximação como Gincana Nacional de Economia, Auxílios para eventos estudantis, Prêmio Brasil de Economia, Corecon Acadêmico, dentro outros.

**ATENDIDO.** Resolução nº 1.892, de 13 de abril de 2013. Normatiza a concessão de prêmios, homenagens e comendas no âmbito do Sistema Cofecon /Corecon.

**EM ANÁLISE.** Encontramos dificuldades desde a expedição na saída do Corecon até a impressão por parte da empresa contratada. Encontrou-se diversos problemas, de engavetamento de carteiras em Corecon. Havendo casos em que o próprio Ministério Público Federal foi acionado para providenciar forçar o envio das carteiras ao Cofecon. Estamos providenciando estudo de cronograma mais ágil para a expedição das carteiras.



## 1.2. Comissões de Trabalho

### Comissão de Tomada de Contas

Componentes: Odisnei Antônio Béga (Presidente), Fabíola Andréa Leite de Paula e José Luiz Amaral Machado (efetivos); Roberto Bocaccio Piscitelli, Nei Jorge Correia Cardim e Antonio Melki Júnior (suplentes). Interface no Cofecon: Antonio Tolentino

Nas sessões plenárias realizadas em 2013 foram relatados e aprovados diversos processos contábeis que a seguir são citados de forma agregada:

#### Descrição dos processos por categoria:

Descrição	Quantidade
Balancetes Trimestrais	91
Prestação de Contas Anual	22
Proposta Orçamentária	29
Reformulação Orçamentária	13
Prestação de Contas de Auxílio Financeiro	17
Avaliação de Controles Internos	4
<b>Total</b>	<b>176</b>

### Comissão de Licitação

Componentes: Júlio Alfredo Rosa Paschoal (Presidente), Lilian de Souza Barbosa e Susana Souza Oliveira (efetivos); Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Allan Mendes Batista e Marilia Andrade Rosa (suplentes).

Os processos licitatórios trabalhados em 2013 estão listados no item 2.3 deste Relatório.

### Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão

Componentes: Antonio Eduardo Poleti (Coordenador), Sebastião Demuner, Jin Whan Oh, Paulo Salvatore Ponzini e Carlos Roberto de Castro. Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira Sette e João Carlos de Aguiar Nascimento.

A Comissão trabalhou em três linhas de atuação. A primeira delas, trabalhada já desde o ano anterior, é a padronização das informações dos Conselhos Regionais de Economia, sobretudo nos sistemas de informática utilizados. Quase todos os Corecons já efetuaram este processo, o que permite um ganho na obtenção de informações.

Como consequência do sucesso desta padronização, a Comissão trabalha num sistema que possa avaliar a eficiência de cada um dos Conselhos Regionais, com índices que sirvam para mensurar e quantificar o desempenho de cada um.

A terceira linha de atuação é um projeto para a realização de eleições de forma eletrônica. A Comissão encontra-se levantando informações para fazer um termo de referência a fim de licitar uma empresa especializada. A meta é ter uma eleição eletrônica já no ano de 2014.

## **Comissão de Educação**

---

Componentes: Celina Martins Ramalho (Coordenadora), Eduardo José Monteiro da Costa, Júlio Alfredo Rosa Paschoal, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Sebastião Demuner, Fábio José Ferreira da Silva e Carlos Roberto de Castro. Interfaces no Cofecon: Jane Lopes da Silva, Ana Claudia Ramos Pinto e Daniel Nunes de Oliveira.

A Comissão de Educação foi responsável pela coordenação do Prêmio Brasil de Economia, que compreende cinco categorias: livro de economia; tese de doutorado; dissertação de mestrado; artigo técnico/científico e monografia de graduação. Providenciou a locação do software – disponibilizado gratuitamente aos Corecons - para realização das Gincanas de Economia e organizou com sucesso a terceira edição da Gincana Nacional de Economia, realizada em Manaus-AM.

## **Comissão de Comunicação e Eventos**

---

Componentes: Róridan Penido Duarte (Coordenador), Eduardo José Monteiro da Costa, Eivaldo Lopes do Vale, Fabíola Andréa Leite de Paula Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Wellington Leonardo da Silva, Wilson Benício Siqueira e Carlos Roberto de Castro. Interface no Cofecon: Manoel Castanho.

Ao longo de 2013 a Comissão de Comunicação trabalhou nos seguintes projetos prioritários: campanha de valorização profissional realizada na Semana do Economista; inserção do Cofecon na mídia; publicação da revista Economistas, inclusive com a utilização da ferramenta de revista eletrônica; e o lançamento e manutenção de um novo site.

Além disso, preparou-se um roteiro para um filme a ser produzido sobre a profissão, visando sua utilização em palestras, seminários e, sobretudo, junto ao público jovem, futuros potenciais alunos de Ciências Econômicas. Por restrições orçamentárias, a produção não se concretizou. Também por restrições orçamentárias não se viabilizou a contratação de assessoria de imprensa, prevista no planejamento da comissão.



## **Comissão de Normas, Legislação e Fiscalização**

---

Componentes: Paulo Dantas da Costa (Coordenador), José Roberto de Lacerda Santos, Nei Jorge Correia Cardim, Pedro Afonso Gomes. Róridan Penido Duarte, Francisco Assunção e Silva, Wellington Leonardo da Silva, Júlio Alfredo Rosa Paschoal, José Luiz Amaral Machado e Carlos Roberto de Castro. Interfaces no Cofecon: Daniel Nunes de Oliveira e Marcus Vilmon Teixeira dos Santos.

Desde 2010 a Comissão de Normas, Legislação e Fiscalização vem realizando um trabalho que resultará na completa modificação da Consolidação da Legislação do Economista. A mudança no estilo reside, essencialmente, na alteração do modelo que trata o assunto por meio de itens e subitens por outro modelo que contemple a arrumação legislativa com base em capítulos, seções, subseções, artigos, parágrafos, incisos, alíneas, conforme estabelece a Lei Complementar nº 95/1998.

Obedecida essa nova modelagem, importantes instrumentos foram elaborados, como o Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecon, o instrumento que criou o Valor da Hora de Trabalho de Economia (VHTE), o Manual do Procedimentos Administrativos, o instrumento que criou a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), o Manual de Procedimentos Contábeis e Financeiros e os Normativos de Procedimentos de Registro de Profissionais e de Pessoas Jurídicas.

No âmbito externo, a Comissão tem se empenhado, com respaldo da Presidência e do Plenário, no acompanhamento dos projetos que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado, e que são do interesse dos economistas brasileiros, a exemplo do PLS 658/2007, que atualiza a regulamentação profissional do economista.

## **Comissão de Política Econômica e Desenvolvimento Regional**

---

Componentes: Roberto Bocaccio Piscitelli (Coordenador), Antonio Melki Júnior, Róridan Penido Duarte, Antonio Eduardo Poleti, Francisco Assunção e Silva, Júlio Alfredo Rosa Paschoal, Eduardo José Monteiro da Costa, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Fábio José Ferreira da Silva e Carlos Roberto de Castro. Interfaces no Cofecon: Maria Aparecida Carneiro e Jane Lopes da Silva.

A Comissão de Política Econômica e Desenvolvimento Regional foi responsável pelas notas oficiais que o Cofecon emitiu por ocasião do ato público pela renegociação das dívidas dos estados e dos protestos ocorridos em junho e julho de 2013.

Outra atividade destacada da Comissão foi a realização de debates econômicos por ocasião das sessões plenárias. Economistas renomados foram convidados para realizar palestras e responder às perguntas dos conselheiros federais. Os nomes podem ser vistos no quadro abaixo:

## Quadro de Palestras:

Data	Local	Palestrante	Tema
12/4	Brasília	Décio Garcia Munhoz	A crise de diagnóstico da crise econômica
18/5	Porto Velho	Júlio Miragaya	Agravamento do deficit em transações correntes no Brasil
10/8	Florianópolis	Roberto Piscitelli	Balanco de pagamentos do Brasil: situação recente e evolução numa perspectiva de médio e longo prazo
27/11	Brasília	Jorge Abrahão	Seria a classe média a maioria no Brasil?
13/12	Brasília	Antonio Corrêa de Lacerda	Perspectivas Econômicas do País para 2014

### 1.3. Auxílios e doações aos Conselhos

Em 2013 foram aprovados pelo Plenário do Cofecon os seguintes auxílios financeiros aos Conselhos Regionais de Economia:

#### Quadro de auxilio financeiro por regional:

INTERESSADO	ASSUNTO	VALOR CONCEDIDO
CORECON-RO	Auxílio financeiro ao VII ENAM	R\$ 4.940,00
CORECON-AM	Auxílio financeiro ao CBE-2013	R\$ 100.000,00
CORECON-PR	Auxílio financeiro ao Prêmio Paraná	R\$ 3.000,00
CORECON-PI	Auxílio financeiro ao Prêmio Piauí	R\$ 3.000,00
CORECON-SC	Auxílio Financeiro - XVIII ENESUL E III ECCE-SUL	R\$ 5.000,00
CORECON-PA	Prêmio de Monografia	R\$ 3.000,00
CORECON-BA	XXVII ENE	R\$ 5.000,00
CORECON-RN	XIII Prêmio RN de Economia 2013	R\$ 3.150,00
CORECON-MA	Prêmio Rosa Mochel de Monografia 2013	R\$ 3.000,00
CORECON-TO	Prêmio de Monografia	R\$ 3.000,00
CORECON-GO	VIII Prêmio Leopoldo de Bulhões	R\$ 3.000,00
CORECON-ES	XVIII Prêmio Espírito Santo de Economia	R\$ 3.000,00
CORECON-PB	IX Paraíba de economia Prof. Celso Furtado 2013	R\$ 3.000,00
CORECON-GO	Semana do Economista	R\$ 3.000,00
CORECON-MA	Semana do Economista	Envio de palestrante
CORECON-RO	II Prêmio de Economia	R\$ 3.000,00
CORECON-ES	IV Encontro de Economia	R\$ 2.000,00
CORECON-SE	Prêmio de Monografia	R\$ 3.000,00
CORECON-DF	XX Prêmio CORECON-DF	R\$ 3.000,00
<b>TOTAL CONCEDIDO</b>		<b>R\$ 156.090,00</b>

## 1.4. II Programa de Recuperação de Créditos

---

No intuito de reduzir o quadro de inadimplência existente no Sistema Cofecon/Corecon e evitar a prescrição dos créditos, foi instituído no ano de 2012 o II Programa de Recuperação de Créditos, que autorizou os Conselhos Regionais de Economia a promoverem conciliações com os devedores da entidade.

O Cofecon prorrogou até o dia 28 de fevereiro de 2014 a vigência do programa, tendo em vista o êxito obtido por Corecons que aderiram ao mesmo; desta maneira, os economistas que possuíam débitos puderam quitá-los com descontos sobre o valor principal e/ou sobre multa e juros, a critério de cada Corecon.

## 1.5. Interação das gestões do Cofecon e Corecon's

---

Um procedimento utilizado em anos recentes na gestão do Sistema Cofecon/Corecon tem sido os despachos executivos. Eles consistem em reuniões de trabalho da presidência do Cofecon, juntamente com sua assessoria, e com os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia.

Nessas reuniões são tratadas ações dinâmicas que ocorrem no sistema, tais como: revisão e atualização do plano de trabalho, rotinas de funcionamento do sistema, agilidade na comunicação e nos encaminhamentos de soluções aos problemas vivenciados. Além disso, os presidentes dos Corecons apresentam suas demandas e experiências de sucesso.

Estes encontros resultam no imediato apoio do Cofecon aos Conselhos Regionais de Economia na solução de problemas específicos que, de algum modo, travam o desenvolvimento das atividades-fim dos Corecons.

Em 2013 foram realizados os seguintes encontros:

### **Região Norte: 16/05/2013**

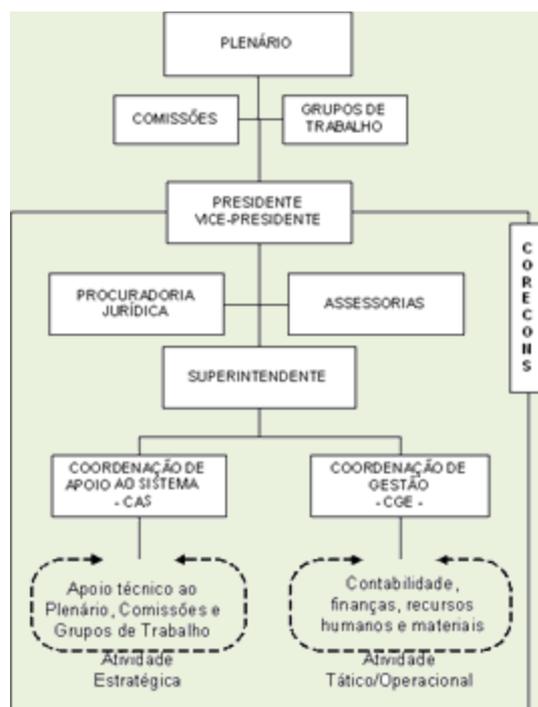
Participantes: Luiz Alberto Aranha de Souza Machado, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (Presidente do CORECON-RO), Francisco Viana Cruz (Presidente do CORECON-TO), Vilmar Carneiro Wanderley (Vice-Presidente do CORECON-TO), José Idalécio Sousa Galvão (Presidente do CORECON-AC), Alberto Jorge de Oliveira (Presidente do CORECON-AP), Marcus Anselmo da Cunha Evangelista (Presidente do CORECON-AM), Nélio Geraldo Bordalo Filho (Vice-Presidente do CORECON-PA), Márcio Sales Sousa (Presidente do CORECON-RR), Carlos Roberto de Castro (Assessor Especial do COFECON) e Aline Tales Ferreira Sette (Coordenadora de Apoio ao Sistema)



Participantes: Ermes Tadeu Zapelini (Presidente do COFECON), Luiz Alberto Aranha de Souza Machado (Vice-Presidente do COFECON), Fernando de Aquino Fonseca Neto (Presidente do CORECON-PE), Marcelo José dos Santos (Presidente do CORECON-BA), Henrique Jorge Medeiros Marinho (Presidente do CORECON-CE), Marcos Antonio Moreira Calheiros (Presidente do CORECON-AL), Luiz Augusto Lopes Espíndola (Presidente do CORECON-MA), Hermany Machado Ferreira (Presidente do CORECON-SE), Airton Soares Costa (Presidente do CORECON-RN), Celso Pinto Manguiera (Presidente do CORECON-PB), Francisco José de Souza (Presidente do CORECON-PI), Carlos Roberto de Castro (Assessor Especial do COFECON) e Aline Tales Ferreira Sette (Coordenadora de Apoio ao Sistema).

## 2. Conselho Federal de Economia

### 2.1. A estrutura organizacional



A estrutura organizacional do COFECON contempla o processo de divisão do trabalho e alocação de responsabilidades e está assim definida:

- Plenário: órgão superior de decisão colegiada;
- Comissões e Grupos de trabalho: órgãos deliberativos em matérias específicas;
- Presidente e Vice-Presidente: órgão principal de decisão singular;

- Unidades organizacionais vinculadas direta e imediatamente ao Presidente: Procuradoria Jurídica, Superintendência e Coordenação de Apoio ao Sistema e Coordenação de Gestão.

### **Procuradoria Jurídica**

Em 2013 o Setor Jurídico deu andamento a todos os processos judiciais que tramitam nas diversas instâncias do Poder Judiciário, como Recursos Extraordinários que tramitam no Supremo Tribunal Federal e processos no Tribunal Superior do Trabalho. Na Justiça Federal a Procuradoria acompanhou a tramitação de vários processos, dentre eles as Ações Cíveis Públicas referentes aos concursos do INSS, STN e BACEN, assim como acompanhou as ações que tramitam no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Já quanto aos processos Éticos Disciplinares que envolvem economistas a Procuradoria Jurídica acompanhou e deu prosseguimento a dois processos oriundos do Conselho Regional de Economia do Estado de Santa Catarina, tendo um deles ocorrido o trânsito em julgado com a condenação das partes réis envolvidas.

Quanto aos processos internos do COFECON, a Procuradoria procedeu à análise de inúmeros processos, tanto processos que envolvem as licitações do Órgão, quanto os processos administrativos. Foram ao todo 72 processos que dizem respeito aos pedidos de cancelamento de pessoas físicas e jurídicas, remissão de débitos e suspensão de registro, 2 processos que dizem respeito ao exercício ilegal da profissão, 6 processos que analisaram a aplicação de sanções as empresas contratadas que descumpriram cláusulas contratuais, 2 processos de auto de infração, 26 análises de dossiês eleitorais, 6 processos de homologação de Regimento Interno dos Conselhos Regionais, 21 processos de análise de pedidos de apoio financeiros provenientes dos Conselhos, bem como inúmeras consultas formuladas tanto pelos Regionais, quanto pelos outros setores do COFECON. Já os processos que envolveram licitações e compras foram analisados durante o ano mais de 59 processos oriundos daquele Setor.

Além disso, a Procuradoria Jurídica acompanhou e atuou nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão de Licitação. Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto as Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, bem como junto a todos os eventos previstos no Regimento Interno do Conselho Federal de Economia que foram realizados durante o ano.

São lotados na Procuradoria Jurídica os seguintes funcionários: Procurador-Chefe: Marcus Vilmon Teixeira dos Santos; Advogadas: Susana Souza Oliveira e Marília Andrade Rosa.



## Coordenação de Apoio ao Sistema

A Coordenação de Apoio ao Sistema é responsável por prestar apoio administrativo e técnico aos Conselhos Regionais de Economia e ao Plenário do COFECON, incluindo as Comissões de Trabalho do COFECON.

No ano de 2013 essa coordenação foi responsável pela organização de 7 (sete) Sessões Plenárias, bem como prestou todo suporte administrativo para realização do XIX Prêmio Brasil de Economia e III Gincana Nacional de Economia. Destaca-se o suporte administrativo à Comissão Organizadora do XX Congresso Brasileiro de Economia.

Ainda no âmbito da Coordenação de Apoio ao Sistema, foram feitos estudos para avaliar as ferramentas de que o Conselho já dispunha. Foi identificada a necessidade de treinamentos e adequações técnicas para melhor utilização dos sistemas de informática por parte dos Corecons. Entre os itens trabalhados, um dos mais importantes foi o processo de padronização de informações contidas nas bases de dados, a fim de potencializar a confiabilidade dos relatórios gerenciais emitidos pelo sistema.

O Setor Técnico do COFECON presta suporte à fiscalização exercida pelos Conselhos Regionais de Economia. No ano de 2013 foi renovado o convênio com o Ministério do Trabalho para utilização dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). A utilização dessa base de dados contribuiu para aumentar a eficiência do processo de fiscalização. Ademais, foram emitidos 99 (noventa e nove) relatórios técnicos nos processos referentes ao registro profissional e outros processos administrativos em tramitação nessa Coordenação e 149 (cento e quarenta e nove) relatórios relativos a questionamentos enviados ao Cofecon por email.

O Setor Atendimento aos Regionais é responsável por receber as demandas dos Conselhos Regionais de Economia e distribuir internamente aos setores responsáveis no COFECON. Nesse setor tramitam os processos administrativos inerentes ao registro profissional, solicitações de auxílio financeiro, homologação dos regimentos internos e dossiês eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia. No ano de 2013 o setor foi responsável por responder 561 (quinhentas e sessenta e um) questionamentos e dúvidas dos Corecons e 388 (trezentas e oitenta e oito) consultas de endereços de economistas por meio de acesso ao banco de dados do SERPRO – Receita Federal.

São lotados na Coordenação de Apoio ao Sistema os seguintes funcionários: Coordenadora: Aline Tales Ferreira Sette; Secretaria: PSA – Auxiliar Administrativo: Edna Barroso Machado, Alexandre Café Rodrigues, Jane Lopes da Silva; Atendimento aos Regionais: PST – Assistente Administrativo: Ana Claudia Ramos Pinto e Daniel Nunes de Oliveira; Setor Técnico: PAE – Economista: Maria Aparecida Carneiro; Imprensa: PAE – Jornalista: Manoel Castanho.

## Coordenação de Gestão

A Coordenação de Gestão tem, dentre suas atribuições, a função de participar interativamente no processo de planejamento das ações necessárias ao cumprimento dos objetivos institucionais, relativamente à gestão administrativa e financeira do Cofecon e dos Corecon's.

Integram à Coordenação de Gestão os Setores de Compras e Licitações e Tecnologia da Informação, cujas principais atividades realizadas no exercício de 2013 estão descritas nos seguintes itens deste relatório: 2.2 - Processamento de informações e 2.4 Compras e Licitações.

Destaca-se a atuação do Setor de Contabilidade, responsável pela contabilidade interna do COFECON, bem como por prestar suporte à Comissão de Tomada de Contas, a qual analisou 176 (cento e setenta e seis) processos no exercício de 2013, conforme demonstrado no item deste relatório: 1.2 Comissões de Trabalho.

São lotados na Coordenação de Gestão: Coordenador: João Carlos de Aguiar Nascimento; Setor de Compras e Licitações: PST – Assistente Administrativo: Lilian de Souza Barboza e Danielle Costa Barbosa; Setor de Recursos Humanos: PST – Assistente Administrativo: João Henrique Vieira Costa; Setor de Contabilidade: PAE – Contador: Antônio Tolentino; PST – Técnico em Contabilidade: José Luiz Pereira Barboza Barbosa; Setor de Tecnologia da Informação: Assessor de Tecnologia da Informação: Fernando Athaide N. Filho e PST – Técnico de Informática: Danyel Willian Santos Teófilo.

## 2.2. Processamento de informações

---



Na área de Tecnologia da Informação (TI), foram três grandes ganhos em 2013. O primeiro deles foi a aquisição de um hardware Storage e software de backup. Esta ferramenta visa garantir a segurança e a disponibilidade dos dados, assim como a continuidade dos serviços do sistema Cofecon/Corecon em possíveis casos de erro humano, desastre ou falha de hardware/software que venha a destruir ou danificar ativos de informações da instituição.

Também foi adquirida uma nova máquina servidor (IBM System x3300M4) e um novo software (Zimbra) a fim de melhorar o serviço de e-mail corporativo disponibilizado pelo Cofecon aos Conselhos Regionais de Economia e colaboradores e substituir o equipamento antigo, que vinha apresentando problemas.

O terceiro ganho refere-se à migração dos softwares de controle cadastral e financeiro de uma versão antiga (Siscaf DA) para outra melhorada (Siscaf MP), bem como ao início da instalação do sistema web no Cofecon e nos Corecons.

## 2.3. Informações Econômico-financeiras

### RECEITA

A receita do COFECON corresponde à quota parte que recebe dos CORECONS. No CORECON os recursos financeiros originam-se de diversas fontes. Fundamentalmente da anuidade dos Economistas e das Pessoas Jurídicas registradas no Sistema.

Nos últimos 5 anos o número de economistas quites (ECVs) com suas anuidades correspondeu aos quantitativos a seguir listados:

Crescimento no número de ECVs no período (2009 a 2013): 0,21 %				
2009	2010	2011	2012	2013
44.056	44.061	44.503	45.219	44.149

É fácil constatar que o Sistema esta em crise, pois nestes últimos anos não houve evolução significativa em novos registros. Evidentemente as causas podem ser inúmeras como: aumento dos remidos, inadimplência, abandono para outras atividades, etc. O importante é enfrentar os obstáculos e buscar incentivos que revitalizem o Sistema.

A receita total anual dos últimos anos em valores nominais e reais apresentou o seguinte comportamento:

### Comparativo da receita do Cofecon:

	2009	2010	2011	2012	2013
Valores nominais	R\$ 3.981,60	R\$ 4.230,70	R\$ 4.740,00	R\$ 4.713,60	R\$ 4.640,61
Valores reais	R\$ 3.981,60	R\$ 3.973,98	R\$ 4.197,29	R\$ 3.930,29	R\$ 3.665,57
Deflator (INPC)	100,00	106,43	112,93	119,93	126,60

Considerando que o sistema utiliza, na mais das vezes, o INPC para corrigir os valores das anuidades e de outros custos, utilizou-se o mesmo como deflator para obter os valores reais.

É pesaroso ver a queda real da arrecadação do Sistema. Houve esforço de todos os Conselhos Regionais para estimular a arrecadação. O próprio COFECON por duas vezes autorizou o Programa de Recuperação de Créditos, estuda a possibilidade do pagamento de anuidades através do cartão de crédito, etc. Esforços que contribuíram para uma menor queda no nível de recebimentos. Contudo não suficientes para manter os valores anuais, no mínimo, constantes.

Temos a crença de que uma nova legislação que defina os limites e as especificidades da função do economista, motivará o ingresso de mais formandos na atividade profissional como a manutenção de mais economistas registrados.

## **DESPESA**

Enquanto boa parte dos componentes da receita seja corrigida pelo INPC, o mesmo não se pode dizer dos custos para manter em funcionamento o COFECON. Ao visualizarmos as principais despesas, destaca-se como a mais representativa a despesa de pessoal. A atuação do sindicato tem sido incisiva e tem conseguido reajustes maiores que a inflação na rubrica: ganhos de produtividade ou real. Outra discriminação que tem sempre levado ganhos acima da inflação esta dentro do item serviços, onde um bom número deles está ligado a licitações com pouquíssimas chances de trazê-las a níveis do INPC ou mesmo abaixo dele. Não menos importante é o caso das passagens aéreas. O setor público subordina-se a processo licitatório, sem chance nenhuma de negociar preços com as companhias aéreas. Mesmo nas baixas demandas os preços permanecem nos níveis normais das tabelas contratadas. Em outras palavras, conter os gastos das despesas em valores corrigidos pela inflação (INPC) torna-se praticamente impossível. O caso da folha de pessoal ilustra bem o que se esta tentando demonstrar. Além do aumento salarial, no caso o INPC, há o aumento pela produtividade, que pode ou não ser uma concessão do empregador. Contudo temos ainda os ganhos por ascensão na carreira, promoções, dentre outros.

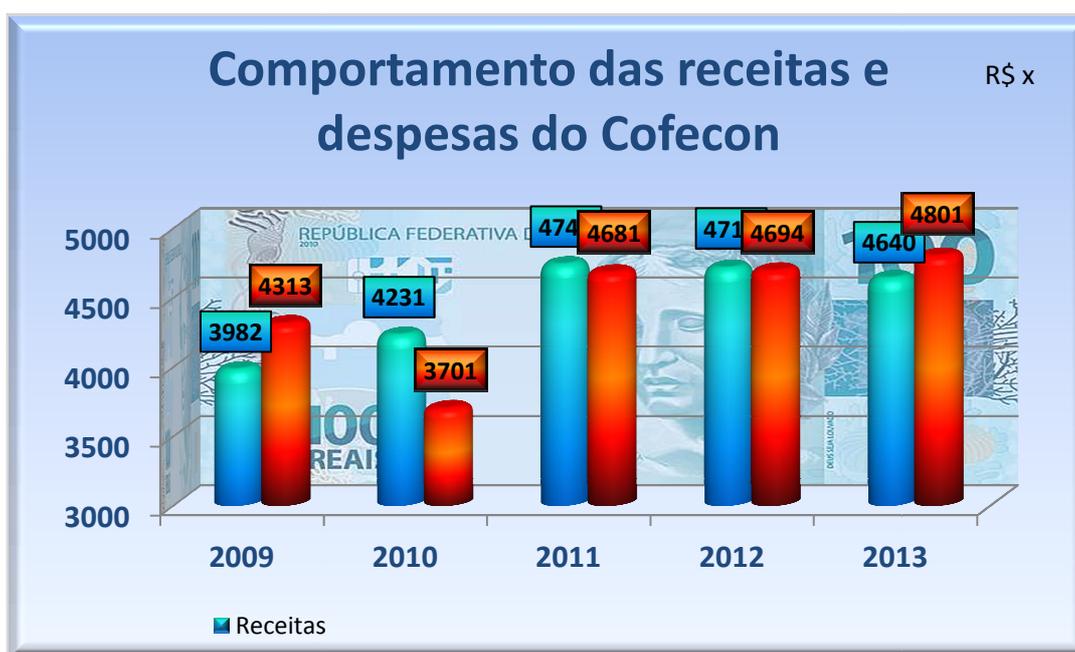


Concluindo, com as receitas praticamente estabilizadas, as despesas estão cada vez mais aprisionadas pela impossibilidade de não só acompanhar os projetos em andamento como também de não permitir melhorias significativas no Sistema. Há que sair deste atoleiro, sob pena de perdermos espaço e não acompanharmos os Conselhos de Fiscalização de outras profissões.

### Comportamento das despesas por grandes itens – valores nominais\*

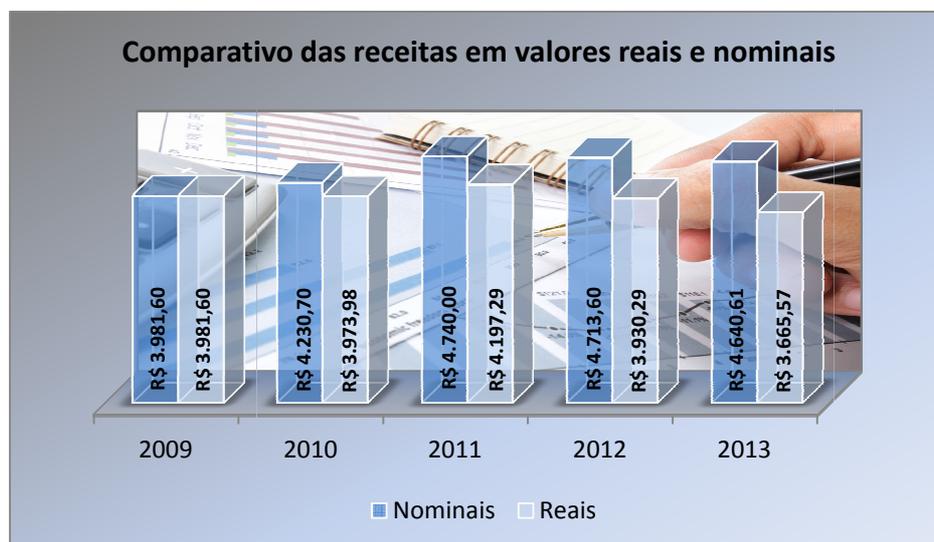
Itens	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Receita total (R\$)</b>	3.981.621,14	4.230.679,16	4.739.970,00	4.713.550,07	4.640.611,76
<b>D E S P E S A S</b>					
<b>Pessoal</b>	1.281.046,09 (32%)	1.226.127,32 (29%)	1.377.835,89 (29%)	1.624.170,19 (34%)	1.981.940,45 (41%)
<b>Serviços</b>	1.047.802,43 (26%)	728.174,69 (17%)	1.013.397,01 (21%)	1.385.287,01 (30%)	1.443.238,07 (30%)
<b>Passagens</b>	563.804,23 (14%)	523.091,84 (12%)	755.356,82 (15%)	486.289,86 (10%)	386.108,77 (8%)
<b>Diárias</b>	354.722,04 (9%)	410.140,95 (10%)	585.938,00 (12%)	448.055,00 (9%)	379.503,50 (7%)
<b>Auxílio a Corecons</b>	135.274,12 (3%)	148.108,84 (4%)	178.000,00 (3%)	210.111,08 (4%)	167.590,00 (3%)
<b>TI</b>	255.600,00 (6%)	262.930,00 (6%)	271.971,64 (5%)	262.269,70 (6%)	293.778,68 (6%)
<b>Diversos</b>	674.830,37 (17%)	402.215,99 (10%)	498.026,24 (10%)	277.747,23 (6%)	151.231,03 (3%)
<b>Despesa Total</b>	4.313.079,28	3.700.789,63	4.680.525,60	4.693.930,07	4.801.390,50

Na sequência apresentamos estatísticas comparativas dos últimos 5 anos da receita e da despesa em termos reais. Estes valores dão a dimensão da situação do COFECON e das perspectivas difíceis que enfrentamos.



Pode-se verificar que as receitas cresceram 16,55% e as despesas 11,31% em valores nominais. Apesar de existirem mais de 200 cursos de economia no País, o crescimento de ECVs se deu apenas na ordem de 0,21%.

A seguir é apresentado o comportamento da receita nos últimos anos, em valores nominais e reais, usando para reais o deflator INPC. Como salientado anteriormente, as pequenas oscilações verificadas demonstram uma tendência de queda na receita.



	Orçada	Realizada	Saldo (R\$)	Realizado (%)
<b>Receita</b>	R\$ 5.000.000,00	R\$ 4.640.611,76	(R\$ 359.388,24)	92,81%
<b>Despesa</b>	R\$ 5.000.000,00	R\$ 4.801.390,50	R\$ 198.609,50	96,02%
<b>Resultado financeiro em dezembro de 2013:</b>			(R\$ 160.788,74)	3,97%

### Execução orçamentária

De forma sintética, o quadro abaixo apresenta a receita e a despesa orçadas e realizadas no exercício de 2013. Nos valores realizados, há um déficit financeiro de R\$ 160.788,74, embora haja um superávit orçamentário de R\$ 198.609,50.

### Evolução do saldo financeiro

No final de 2013 o Cofecon possuía um saldo financeiro de R\$ 1.745.829,06 (um milhão, setecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e vinte e nove reais e seis centavos), o que significa um decréscimo de 9,02% em relação ao saldo do exercício financeiro de 2012, em valores nominais.

## Saldo financeiro no encerramento dos últimos exercícios



## Evolução do Ativo Real

O comparativo do patrimônio do Cofecon, entre os exercícios de 2012 e 2013, demonstra um decréscimo de 5,42%.

## Evolução do patrimônio – 2009 a 2013



## Aspectos das receitas

As receitas do Cofecon, em sua quase totalidade, são originárias da cota-parte proveniente dos Corecons, a qual corresponde a 20% do total por eles arrecadado. No quadro abaixo, verificam-se a receita prevista e a realizada provenientes de cada Corecon, bem como sua participação na arrecadação do Cofecon.

## Participação na arrecadação até dezembro de 2013

PARTICIPAÇÃO NA ARRECADAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2013				
CORECON	Receita Prevista	Receita Realizada	Participação na Arrecadação	%
Corecon 02ª Região - SP	1.500.000,00	1.252.656,44	1	28,44%
Corecon 01ª Região - RJ	1.000.000,00	852.838,16	2	19,36%
Corecon 10ª Região -MG	290.000,00	312.514,29	3	7,10%
Corecon 04ª Região - RS	270.000,00	267.395,53	4	6,07%
Corecon 06ª Região - PR	250.000,00	262.298,45	5	5,95%
Corecon 11ª Região - DF	190.000,00	225.920,04	6	5,13%
Corecon 05ª Região - BA	150.000,00	175.439,95	7	3,98%
Corecon 09ª Região - PA	110.000,00	159.094,70	8	3,61%
Corecon 07ª Região - SC	85.000,00	99.814,93	9	2,27%
Corecon 13ª Região - AM	110.000,00	99.018,30	10	2,25%
Corecon 18ª Região - GO	77.000,00	96.148,67	11	2,18%
Corecon 08ª Região - CE	60.000,00	79.069,95	12	1,80%
Corecon 03ª Região - PE	60.000,00	63.126,41	13	1,43%
Corecon 17ª Região - ES	46.000,00	53.268,72	14	1,21%
Corecon 19ª Região - RN	45.000,00	51.409,62	15	1,17%
Corecon 22ª Região - PI	35.000,00	47.420,05	16	1,08%
Corecon 20ª Região - MS	50.000,00	45.884,67	17	1,04%
Corecon 15ª Região - MA	40.000,00	39.834,69	18	0,90%
Corecon 21ª Região - PB	33.000,00	35.203,97	19	0,80%
Corecon 16ª Região - SE	30.000,00	33.737,15	20	0,77%
Corecon 14ª Região - MT	25.000,00	32.052,25	21	0,73%
Corecon 24ª Região - RO	18.000,00	27.623,53	22	0,63%
Corecon 25ª Região - TO	16.000,00	24.334,10	23	0,55%
Corecon 12ª Região - AL	30.000,00	23.940,87	24	0,54%
Corecon 23ª Região - AC	10.000,00	18.086,34	25	0,41%
Corecon 27ª Região - RR	10.000,00	15.050,92	26	0,34%
Corecon 26ª Região - AP	10.000,00	11.496,83	27	0,26%
<b>T O T A L</b>	<b>4.550.000,00</b>	<b>4.404.679,53</b>	<b>0</b>	<b>100%</b>

## 2.4. Compras e licitações

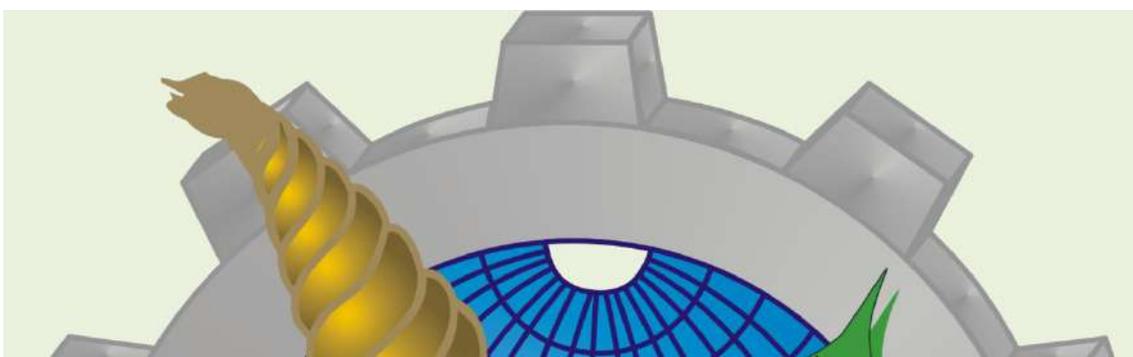
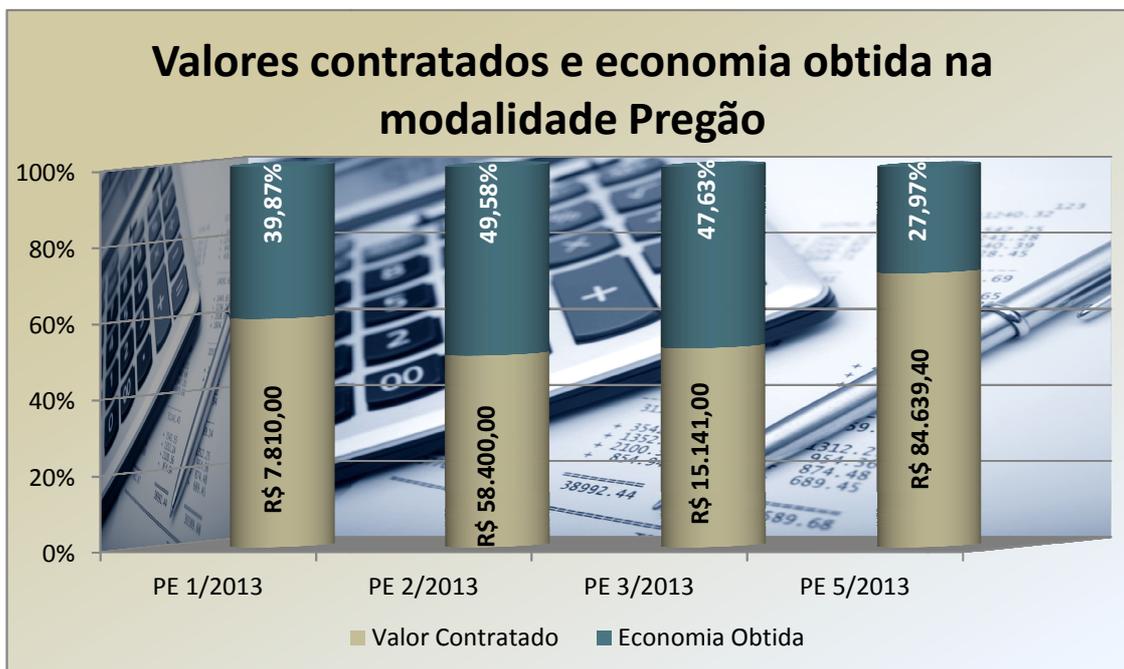
O Conselho Federal de Economia, autarquia pública federal criada pela Lei 1.411/1951, está sujeito à legislação que trata das compras públicas, a saber: Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Neste exercício, todas as suas despesas correntes e, de capital, foram executadas observando o disposto na legislação pertinente.

### Licitações realizadas e 2013

LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2013	VALOR CONTRATADO
Dispensas de Licitação	R\$ 62.520,51
Inexigibilidades de Licitação	R\$ 21.527,56
Pregão	R\$ 165.990,40
Adesão a Ata de Registro de Preços	R\$ 150.000,00
<b>Total de contratações em 2013</b>	<b>R\$ 400.038,47</b>

Nos certames cuja modalidade foi Pregão, é possível mensurar a economia gerada, se comparados os valores estimativos aos valores de adjudicação. A seguir é apresentado o gráfico que demonstra esse fato.

### Valores contratados e economia obtida na modalidade pregão



## Valores estimados e contratados

	PE 1/2013	PE 2/2013	PE 3/2013	PE 5/2012
Valor Estimado	R\$ 12.988,00	R\$ 115.818,00	R\$ 28.911,03	R\$ 117.498,33
Valor Contratado	R\$ 7.810,00	R\$ 58.400,00	R\$ 15.141,00	R\$ 84.639,40
Economia Obtida (R\$)	R\$ 5.178,00	R\$ 57.418,00	R\$ 13.770,03	R\$ 32.858,93
Economia Obtida (%)	39,87%	49,58%	47,63%	27,97%

## 2.5. Procedimentos para obtenção de uma nova sede

Apesar da criação há mais de sessenta anos deste importante órgão de classe, suas instalações são extremamente precárias. Não temos nem sala para fazermos nossas reuniões plenárias. Só este fator ocasiona despesas operacionais de elevado valor. Alugamos espaço, geralmente em hotel, que necessitamos entre outros itens: equipamentos de infraestrutura de som, gravações, transporte de materiais, serviços de internet e wifi, etc. Nossas instalações para as demais áreas operacionais são exíguas. Arquivos comprometidos por falta de espaço. Este fato passou a ser prioridade desta administração desde o início de 2012. A insistência desta casa junto ao Serviço do Patrimônio da União culminou com a cessão de um andar, neste prédio onde estamos precariamente instalados, com mais 600 metros quadrados. Sem ufanismo, considera-se o alcance de um dos mais significativos objetivos do Cofecon. Não se poderia deixar de citar, entre outros, os colaboradores que contribuíram decisivamente para a materialização desta causa: O Coordenador de Gestão do Cofecon João Carlos de Aguiar Nascimento; O senhor Presidente do Corecon de Alagoas Marcos Antônio Moreira Calheiros, o Presidente e Presidente do Senado Federal Renan Calheiros.



## 2.6. Acompanhamento de projetos de lei no Congresso Nacional

As proposições legislativas de interesse da categoria no Congresso Nacional são acompanhadas por assessoria parlamentar especializada.

Entre essas proposições, na Câmara dos Deputados, podemos destacar as seguintes:

- PEC 329/2013, que pretende alterar a forma de composição dos Tribunais de Contas e submeter seus Conselheiros e Ministros ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ. O art. 3º da PEC, ao propor nova redação ao art. 75 da CF prevê, no inciso III, que um dos membros dos Tribunais de Contas dos Estados, do DF, dos Municípios e de Município, onde houver, será eleito, alternadamente, pelos conselhos profissionais das áreas jurídica, contábil, econômica e financeira e de administração pública.

- PL 6025/2005, ao qual está apensado, entre outros, o PL 8046/2010, que trata do Código de Processo Civil. O Relator incorporou em seu Relatório todas as sugestões do Cofecon, quais sejam: manutenção do art. 621, parágrafo único, que estabelece que “Em todos os casos em que seja necessária a realização de perícia, a nomeação do perito recairá preferencialmente sobre especialista em avaliação de sociedades.”; alterar no art. 645, parágrafo único, de “... o juiz nomeará um contabilista para levantar o balanço ou apurar os haveres” para “..., o juiz nomeará perito para avaliar as cotas sociais ou apurar os haveres”; no art. 564, § 6º, alterar de “...a realização de exame pericial contábil, se necessário”, para “... a realização de exame pericial, se necessário.”; no art. 565, caput e § 2º, alterar de “As contas... serão apresentadas em forma contábil...” para “As contas ... serão apresentadas na forma adequada...”; no art. 157, §1º, alterar de “Os peritos são nomeados entre os profissionais...” para “Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados...”. O PL está agora em votação no Plenário.

- PLP 399, de 2008, que altera a Lei Complementar 123/2006, que trata do Simples Nacional. O objetivo do Cofecon é incluir no projeto de lei a possibilidade de que as atividades desenvolvidas por economistas possa ser enquadrada no Simples Nacional.

No Senado Federal, merecem destaque as proposições abaixo elencadas:

- PLS 658/2007 pretende alterar a Lei nº 1.411/51, que dispõe sobre a profissão de Economista, buscando atualizar a regulamentação do exercício da profissão. O projeto, aprovado na Comissão de Educação em 2012 e na Comissão de Assuntos Econômicos em 2013, contempla a atualização das atividades privativas e atividades afins com outras ciências. Trata-se de um grande avanço para a profissão, pois na Lei, de 1951, essas atividades estão defasadas em relação ao mercado. A matéria será apreciada agora na Comissão de Assuntos Sociais.

- PLS 467/2008, que altera a Lei Complementar 123/2006 (Simples Nacional).

O Cofecon, por várias vezes, apresentou ao antigo Relator o pleito de que as atividades e sociedades vinculadas à profissão de Economista passem a ter o direito de gozar dos benefícios constantes do § 5º-B do art. 18, da Lei Complementar nº123/2006. O Cofecon irá renovar o pleito da profissão junto ao novo Relator, designado em fevereiro de 2014.

**Os projetos acompanhados pelo Cofecon encontram-se no quadro abaixo.**

<b>PROJETO</b>	<b>EMENTA</b>
<b>PL 3687/2012</b>	Altera o inciso I do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins", e acrescenta novo inciso III ao art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de agilizar a abertura e o encerramento de empresas no País.
<b>PL 3661/2012</b>	Altera a Lei nº 7394, de 29 de outubro de 1985, para dispor sobre o exercício das profissões de Técnico e Tecnólogo em Radiologia e de Bacharel em Ciências Radiológicas; revoga dispositivos da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e a Lei nº 10.508, de 10 de julho de 2002; e dá outras providências.
<b>PL 3399/2012</b>	Altera dispositivos da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que dispõe sobre a profissão de Economista, e da Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, que Dispõe sobre o procedimento tributário administrativo e dá outras providências.
<b>PL 509/2011</b>	Altera os arts. 2º e 13 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir a presença, nas redes de ensino, de profissionais da educação habilitados em alimentação escolar.
<b>PL 2219/2011</b>	Altera a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, para dispor sobre o registro do Tecnólogo em Administração nos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração (CRTA).
<b>PL 7811/2010</b>	Regulamenta o exercício da atividade, define as atribuições de Perito Judicial e dá outras providências.
<b>PL 6025/2005</b>	Altera o art. 666 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para dispor acerca da penhora sobre máquinas, instrumentos e implementos agrícolas. OBS: está apensado ao PL 6025 o PL 8046, de 2010, do Senado Federal, que trata do Código de Processo Civil.
<b>PL 118/2011</b>	Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.
<b>PL 2664/2011</b>	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.
<b>PLP 399/2008</b>	Acrescente-se o inciso XXIX ao § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. OBS: o Projeto de Lei Complementar (PLP) 399/2008 tem entre os apensados o PLP nº 483/2009.
<b>PL 2245/2007</b>	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.
<b>PL 4891/2005</b>	Regula o exercício das profissões de Árbitro e Mediador e dá outras providências.
<b>PL 2579-E/1992</b>	Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais.
<b>PLP 200/1989</b>	Dispõe sobre os requisitos para o exercício dos cargos de diretoria e presidência do Banco Central do Brasil.

- PLS 193/2013** Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.
- PLC 15/2007** Institui o Prêmio Nacional Destaque em Economia e Desenvolvimento Celso Furtado e dá outras providências.  
O PLC 15 foi apresentado na Câmara dos Deputados onde tramitou com o nº PL 4711/2004. Aprovado na CD, foi remetido ao Senado Federal.
- PLS 236/2012** Reforma do Código Penal Brasileiro.  
Entre os apensados está o PLS 55, de 2006, que “Altera a art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de exercício ilegal de profissão ou atividade, e dá outras providências”.
- PLS 658/2007** Altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para atualizar a regulamentação do exercício da profissão de Economista e dá outras providências.
- PLS 467/2008 - Complementar** Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional
- 



## 3. Ações Externas

### 3.1. O Sistema e a Mídia

#### 3.2. Revista dos Economistas

---



A revista Economistas manteve sua periodicidade quadrimestral, na edição impressa, com tiragem de 10 mil exemplares. A edição número 10 teve como destaque um debate sobre o superávit primário, enquanto o número seguinte deu ênfase ao Congresso Brasileiro de Economia e a 13ª edição teve como tema de capa uma discussão e um questionamento sobre o papel central do PIB como indicador econômico.

Foi lançada também uma edição especial – a número 12 – com publicação apenas em meio eletrônico, tendo como tema os cinco encontros regionais e os debates realizados no Congresso Brasileiro de Economia.

Uma novidade apresentada em 2013 foi a ferramenta de revista eletrônica. Ela possibilita a leitura da revista na internet com a utilização de vários recursos, como a exibição de links, galerias de fotos e vídeos e a realização de buscas rápidas por assunto, além de permitir ao leitor folhear as páginas e postar comentários. Para aqueles que gostam de guardar os arquivos, a revista continua disponível em formato PDF.

#### 3.3. Novo site

---



O Cofecon lançou em 2013 seu novo site na internet. A reestruturação, há muito reivindicada, tinha como objetivo revitalizar a identidade digital da instituição. Por meio de empresa especializada, foram estudadas práticas em design que pudessem resultar num produto inovador e diferenciado, com acesso mais rápido às informações e maior destaque às notícias veiculadas.

O projeto, elaborado em 2012, foi amplamente discutido e aprovado pelo plenário do Cofecon. Após uma série de testes, o novo site foi lançado no mês de fevereiro.

## Campanha do Dia do Economista

Na primeira quinzena de agosto foi realizada a Campanha Institucional em Comemoração ao Dia do Economista. Além de mídia televisiva e radiofônica, foram criadas artes de anúncio em revista, cartazes, banner e e-mail marketing. As peças foram enviadas aos Corecons para que pudessem realizar a campanha em âmbito regional.

Um diferencial da campanha realizada em 2013 foi a criação de cartazes diferentes para cada Conselho Regional de Economia, utilizando imagens dos respectivos estados e conferindo uma identidade local à campanha.

Além disso, foram veiculados anúncios nos seguintes veículos de comunicação:



- Anúncio televisivo, em canais fechados (Globo News, Band News, Record News) nos dias 11 a 13 de agosto; e na TV Aeroporto, de 07 a 13 de agosto;
- anúncio de rádio, veiculado nas rádios Band News, Record News no período de 08 a 13 de agosto; e CBN (praças Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo), nos dias 12 e 13 de agosto;
- anúncio televisivo de 15 segundos para veiculação na TV Minuto (Metrô de Brasília), no período de 10 a 16 de agosto;
- anúncio de uma página na revista Época;
- cartazes, folders, banners.

## 4. Eventos

### 4.1. Ato público pela renegociação das dívidas dos estados

No dia 15 de maio o Conselho Federal de Economia participou de um ato público pela renegociação das dívidas dos estados com a União. A autarquia foi representada pelo conselheiro federal Roberto Piscitelli. Entre as autoridades presentes, destacaram-se os senadores Aécio Neves (PSDB/MG, economista) e Ana Amélia Lemos (PP/RS). O evento foi realizado em Brasília, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil.



Piscitelli realizou um discurso no qual destacou a necessidade de rediscutir o pacto federativo e fez críticas ao governo federal. Apontou que a origem de muitos problemas entre os estados e a União está em políticas econômicas nacionais.

O Conselho Federal de Economia divulgou na mesma data um manifesto sobre o assunto, apresentando os argumentos econômicos. “É oportuno ressaltar que a dívida de Estados e Municípios não pode ser explicada como fruto de inépcia administrativa generalizada. Grande parte dos encargos assumidos por Estados e Municípios, na renegociação da dívida, teve como origem os ônus decorrentes da política monetária restritiva e sufocante de 1994/95”, expressou o Cofecon em seu comunicado.

## **4.2. Encontro de Entidades de Econ. da Amazônia Legal - ENAM**



O Conselho Regional de Economia do Estado de Rondônia, em parceria com o Conselho Federal de Economia (COFECON) e com os Conselhos Regionais da região Norte, realizou nos dias 16 e 17 de maio o VII Encontro de Entidades de Economistas da Região Norte (ENAM). O tema do evento foi

“Como viabilizar e financiar o desenvolvimento regional?”.

A escolha do tema levou em conta a discussão de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) por parte do governo federal. O objetivo do encontro foi a realização de debates que oferecessem subsídios para uma maior dinamização do crescimento econômico dos estados da região, contribuindo diretamente para a disseminação da técnica e da cultura econômica nos diferentes setores produtivos a fim de promover o satisfatório desenvolvimento econômico-social para a população inserida nessa região.

Na noite de abertura do evento o economista Manuel Enríquez Garcia falou sobre a necessidade de uma agenda para o crescimento econômico e seus impactos regionais. No dia seguinte ocorreram debates sobre mecanismos que viabilizam o desenvolvimento regional de maneira eficiente, orientando as instituições, poderes públicos e agentes privados sobre a perfeita aplicação dos recursos financeiros disponíveis pelos diversos instrumentos de financiamento criados pelo Governo Federal, sistema financeiro nacional e bancos internacionais de desenvolvimento.

Outro ponto alto do evento foi a solenidade de formatura dos estudantes de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), ocorrida no final da programação. Desta forma, o Conselho mostra seu apoio aos novos economistas, marcando presença desde o momento em que concluem o curso superior.

### 4.3. Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE)

O XXVII Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE) foi realizado em Salvador nos dias 18 e 19 de julho. O evento reuniu cerca de 170 pessoas, entre economistas, estudantes e outros profissionais de diferentes cidades e estados em torno do tema "Região Nordeste: expoente de crescimento econômico".

Na abertura, a ênfase inicial do presidente do Corecon-BA na necessidade de adoção de medidas para superação dos entraves também foi dada pelo vice-presidente da FIEB, Economista Reinaldo Sampaio. "Essas discussões devem servir como base para uma produção teórica voltada para a retomada do crescimento, não só do Nordeste, mas do Brasil. Precisamos encarar as crises como oportunidades de crescer e não como problema", acrescentou o vice-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Luiz Alberto Machado.



Entre as palestras mais destacadas, o Secretário de Planejamento José Sérgio Gabrielli falou sobre o desenvolvimento sustentável no Nordeste; a conselheira federal Celina Ramalho falou sobre o cenário da economia brasileira e mundial e as consequências da crise de 2008; o economista Paulo Galdenzi abordou as questões do turismo; Sydney Salomão da Nóbrega falou sobre o papel do Banco do Nordeste e o financiamento do desenvolvimento; o vice-presidente da FIEB, Reinaldo Sampaio, falou sobre os entraves para a retomada do crescimento industrial no Nordeste; e o Secretário de Agricultura, Eduardo Salles, falou sobre o processo de agroindustrialização da Bahia.

O XXVII Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste ainda abriu espaço para uma homenagem especial ao Economista baiano Osmar Sepúlveda (in memoriam) feita pelo Economista da SEPLAN Antonio Alberto Valença; o lançamento do livro "Reflexões de Economistas Baianos 2012"; e uma visita guiada ao Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador (para participantes de outras cidades e estados que foram à capital baiana pela primeira vez).

Fonte: Carla Santana / Assessora de Imprensa do Corecon-BA

#### 4.4. IX Encontro de Economistas do Centro-Oeste – ENEOESTE



O IX Encontro de Economistas do Centro-Oeste (Eneoeste) foi realizado no Centro de Eventos Pantanal, em Cuiabá, nos dias 24 a 26 de julho. A palestra de abertura foi do Secretário Adjunto de Estado da Fazenda, Vivaldo Lopes, com o tema “Mato Grosso: um Gigante de Oportunidades”.

Alguns dos assuntos debatidos durante o evento foram: sustentabilidade econômica, ciência, tecnologia e inovação em Mato Grosso; o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o desenvolvimento empresarial; as desigualdades sociais de Mato Grosso; o papel do Estado no combate às desigualdades e na promoção da sustentabilidade regional; microcrédito; a região Centro-Oeste no cenário nacional e internacional; evolução do mercado de trabalho; crescimento econômico e sustentabilidade em Goiás; e Economista, uma profissão de sucesso. A palestra de encerramento foi do conselheiro federal Júlio Miragaya, sobre o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste.

Um dos destaques do evento foi a parceria entre o Corecon-MT e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Mato Grosso. O presidente do Regional, Aurelino Levy, propôs ao superintendente do Trabalho, Valdiney Antônio de Arruda, um trabalho para reduzir as desigualdades nas áreas de menor desenvolvimento humano do Estado.

Paralelamente ao evento também foi realizada a III Gincana Regional de Economia, vencida por uma dupla composta por alunas de universidades diferentes (UFMT e Unemat).

#### 4.5. Encontro de Economistas da Região Sul (Enesul)

O XVIII Encontro de Economistas da Região Sul foi realizado nos dias 08 e 09 de agosto. O evento contou com a presença de aproximadamente 200 pessoas entre economistas, professores, estudantes, autoridades locais e demais interessados.



A palestra de abertura foi proferida pelo economista Álvaro Dezidério da Luz, que falou sobre as perspectivas da economia brasileira para os próximos dez anos. O dia seguinte foi dedicado à discussão macroeconômica, com um painel sobre "Impactos macroeconômicos futuros nas economias estaduais" e palestras sobre mercado e integração à economia global.

Um dos pontos altos da primeira noite foi a entrega do IV Prêmio BRDE de Desenvolvimento, que reconhece trabalhos de economistas ou estudantes do último ano de graduação.

Houve também uma homenagem aos 60 anos de fundação do Sindicato dos Economistas do Estado de Santa Catarina. O economista Mauro dos Santos Fiúza fez um breve relato sobre a história do Sindicato e sua atuação no estado.

#### **4.6. Encontro dos Cursos de Economia da Região Sul**

---



Dentro da programação do XVIII ENESUL ocorreram no dia 08 de agosto o III Encontro dos Cursos de Ciências Econômicas da Região Sul e o XVI ECCE – Encontro dos Cursos de Ciências Econômicas de Santa Catarina, com a presença de coordenadores e professores das seguintes instituições: UNIVILLE, UFSC, UDESC, UNIDAVI, UNICHAPECÓ e UNISUL VIRTUAL, todas estas de Santa Catarina, e Universidade Positivo, do Paraná.

O vice-presidente do Cofecon, Luiz Alberto Machado, elogiou a iniciativa do Corecon-SC, lembrando que a realização dos Encontros de Cursos de Ciências Econômicas é uma prática usual dos estados da Região Sul e, lamentavelmente, não acompanhada pelas outras regiões do País. Machado apresentou dados sobre a evolução dos cursos no Brasil, extraídos de um trabalho recém-concluído pelo assessor especial do Cofecon, Carlos Roberto de Castro, comparando os números de cursos existentes, de alunos matriculados em cursos presenciais e de concluintes em cursos de graduação presenciais.

A programação do Encontro foi dividida em três partes. Na primeira, o Prof. Odilon Guedes, conselheiro do Corecon-SP, abordou o tema Economia do Setor Público: Disciplina imprescindível para a formação do economista e do profissional para o mercado de trabalho.

Na segunda, o tema focalizado foi Experiências locais de Curso de Economia em atividades extracurriculares (extensão, laboratórios), com depoimentos da Profª Jani Floriano, do Departamento de Economia da UNIVILLE, e do Prof. Lucas Lautert Dezordi, coordenador do Curso de Economia da Universidade Positivo, do Paraná.

Na terceira e última parte do Encontro, foi abordado o tema “A formação acadêmica e o mercado de trabalho”, com exposições de diversos professores e coordenadores de cursos. Inicialmente, o Prof. Lisandro Fin Nishi, da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, falou sobre a trajetória do curso em seus primeiros cinco anos de existência, dando ênfase à nova grade curricular que começou a ser implementada em 2012. Dando prosseguimento, o Prof. João Randolfo Pontes apresentou uma visão panorâmica do curso da UFSC e do mercado de trabalho, chamando atenção para a importância do estudo de perspectivas futuras, entre as quais economia dos contratos e economia do petróleo. Encerrando as atividades do Encontro, o Prof. Frederico Santos Damasceno, da Universidade de Chapecó, discorreu sobre as ações em curso em sua instituição de ensino com o objetivo de aumentar a atratividade do curso de Ciências Econômicas e a empregabilidade dos profissionais por ela formados.

#### **4.7. Entrega do prêmio Personalidade Econômica do Ano**

O Conselho Federal de Economia realizou no dia 20 de agosto a entrega do prêmio Personalidade Econômica do Ano ao economista Paulo Nogueira Batista Junior. O ato ocorreu em Florianópolis, na sede do Conselho Regional de Economia de Santa Catarina. O Cofecon foi representado pelo presidente Ermes Tadeu Zapelini e pelo vice Luiz Alberto Machado. Também participou do ato o presidente do Corecon-SC, Waldemar Bornhausen Neto, acompanhado de vários conselheiros regionais.

A honraria é concedida desde 2004 em reconhecimento aos profissionais cuja trajetória contribuiu para o desenvolvimento da ciência econômica. A escolha é feita pelo plenário do Conselho Federal de Economia, com base em indicações feitas pelos Conselhos Regionais. Paulo Nogueira Batista Junior foi eleito Personalidade Econômica do Ano de 2012, mas por atuar fora do país a entrega somente pode ser realizada nesta terça-feira (20).



Paulo Nogueira Batista Junior é economista com mestrado em História Econômica pela University of London (1978). Foi professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, de 1989 a 2007. Atuou como secretário especial de assuntos econômicos do Ministério do Planejamento em 1985-86, durante a gestão de João Sayad, e assessor para assuntos de dívida externa do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, em 1986-87. Chefiou o Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro de 1986 a 1989. Foi pesquisador visitante no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo entre 1996 e 1998 e, novamente, entre 2002 e 2004. Desde abril de 2007 é diretor executivo no Fundo Monetário Internacional (FMI), onde representa nove países: Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago. É autor dos livros “Mito e realidade na dívida externa brasileira” (Paz e Terra, 1983), “Da crise internacional à moratória brasileira” (Paz e Terra, 1988), “A economia como ela é...” (Boitempo, 2000) e "O Brasil e a Economia Internacional: Recuperação e Defesa da Autonomia Nacional" (Campus/Elsevier, 2005).

#### 4.8. Congresso Brasileiro de Economia

Entre os dias 04 e 07 de setembro foi realizado em Manaus o XX Congresso Brasileiro de Economia. O evento contou com especialistas nacionais e internacionais e reuniu mais de 1.200 interessados para discutir assuntos relacionados à economia verde, desenvolvimento e mudanças econômicas globais.



O Dr. Ignacy Sachs realizaria a conferência de abertura. Um problema de saúde fez com que ele tivesse que voltar para a França. Mesmo assim, transmitiu ao professor José Alberto Machado o discurso que havia preparado. Machado encarregou-se de apresentar a palestra de Sachs na abertura do evento.

O tema geral do Congresso foi dividido em oito subtemas:

- Medição da Sustentabilidade do Desenvolvimento e dos Efeitos Econômicos das Mudanças Climáticas;
- Economia verde e reestruturação produtiva visando a sustentabilidade: a agenda global, as oportunidades do Brasil e a expectativa da Amazônia;
- Economia de empresas e a agenda da sustentabilidade;
- Economia e sustentabilidade em setores relevantes: Energético, Mineral e Conexos;

- Mudanças Econômicas Globais e desenvolvimento: as novas perspectivas do debate contemporâneo e seus efeitos no Brasil;
- Os rumos do desenvolvimento brasileiro: oportunidades e obstáculos;
- Desenvolvimento regional: os grandes projetos, os incentivos setoriais, as desigualdades crônicas e as dinâmicas em curso;
- Empreendedorismo, economia criativa e dinamismo econômico: os potenciais e as fragilidades.

Outro ponto alto do Congresso foram os minicursos, que contaram com uma participação do público muito superior ao esperado. O de maior sucesso foi sobre economia criativa, ministrado pelo vice-presidente do Cofecon, Luiz Alberto Machado: o auditório ficou lotado e muitas pessoas sentaram-se no corredor e até mesmo na escada.

A apresentação de trabalhos científicos também superou as expectativas da organização, não só pela quantidade de trabalhos inscritos, como também pela qualidade deles.

Após três dias de grandes debates e contribuições para o pensamento econômico brasileiro, os economistas elegeram o Paraná como sede do próximo Congresso Brasileiro de Economia, que será realizado em 2015. E a cerimônia de encerramento contou com a presença do prefeito de Manaus, economista Arthur Virgílio.

#### **4.9. XIX Prêmio Brasil de Economia**

---

Na noite de abertura do XX Congresso Brasileiro de Economia foi realizada a entrega



do XIX Prêmio Brasil de Economia. Concorreram trabalhos acadêmicos em cinco diferentes categorias: monografia de graduação, artigo técnico ou científico, dissertação de mestrado, tese de doutorado e livro de economia. Ao todo foram entregues R\$ 48 mil em prêmios.

## Os ganhadores foram

### *CATEGORIA LIVRO DE ECONOMIA*

---

1º Lugar (Prêmio de R\$ 6.000,00): Reinaldo Gonçalves (CORECON-RJ) Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento

2º Lugar (Prêmio de R\$ 4.000,00): Gustavo H. B. Franco (CORECON-RJ) As leis secretas da economia

3º Lugar (Prêmio de R\$ 3.000,00): Eduardo Simões de Almeida (CORECON-SP) Econometria Espacial Aplicada.

### *CATEGORIA TESE DE DOUTORADO*

---

1º Lugar (Prêmio de R\$ 6.000,00): Pedro Linhares Rossi (CORECON-RJ) Taxa de câmbio no Brasil: dinâmicas da especulação e da arbitragem - Instituto de Economia - Unicamp

2º Lugar (Prêmio de R\$ 4.000,00): João Hallak Neto (CORECON-RJ) A distribuição funcional da renda e a economia não observada no âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil - UFRJ

3º Lugar (Prêmio de R\$ 3.000,00): Aline Souza Magalhães (CORECON-MG) Economia de baixo carbono no Brasil: alternativas de políticas e custos de redução de emissões de gases de efeito estufa - UFMG

### *CATEGORIA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO*

---

1º Lugar (Prêmio de R\$ 5.000,00): Débora Bellucci Modolo (CORECON-SP) A competição das exportações chinesas em terceiros mercados: uma aplicação do modelo gravitacional - UNICAMP

2º Lugar (Prêmio de R\$ 3.000,00): Kallenya Thays Lima Limeira Oliveira (CORECON-GO) Qual o valor de uma praia limpa? Uma aplicação do método de valoração de contingente no Bairro Rio Vermelho, Salvador, BA - UFBA

3º Lugar: (Prêmio de R\$ 2.000,00): Tiago Barbosa Diniz (CORECON-PE) Impacto socioeconômicos do Código Florestal Brasileiro: uma discussão à luz de um modelo computável de equilíbrio geral - USP

Menção Honrosa: Francisco de Assis Mourão (CORECON-AM) Uma contribuição metodológica ao cálculo do valor adicionado nas atividades de exploração de recursos naturais latentes - UCAM/FCPERJ

## ***CATEGORIA ARTIGO TÉCNICO OU CIENTÍFICO***

---

1º Lugar (Prêmio de R\$ 3.000,00): Luciano Luiz Manarin D'Agostini (CORECON-PR) Recente aumento dos preços de imóveis no Brasil: existe ou não a bolha imobiliária?

2º Lugar (Prêmio de R\$ 2.000,00): Janete Leige Lopes e Rosangela Maria Pontili (CORECON-PR) Uma discussão da interrelação entre gravidez na adolescência e permanência na escola, a partir da aplicação do modelo próbit

3ª Lugar: (Prêmio de R\$ 1.000,00): Silvio Cezar Arend (CORECON-RS) O impacto da reforma da previdência social rural brasileira nos arranjos familiares

Menção Honrosa: Antonio Correa de Lacerda (CORECON-SP) A crise internacional e a estrutura produtiva brasileira

## ***CATEGORIA MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO***

---

1º Lugar (Prêmio de R\$ 3.000,00): Lívia de Carvalho Freire Pobreza Multidimensional: Uma aplicação às unidades federativas brasileiras - UFF;

2º Lugar (Prêmio de R\$ 2.000,00): José Francisco Guedes Junior Fragilidade financeira, regulação bancária e os acordos da Basileia - UFES;

3º Lugar (Prêmio de R\$ 1.000,00): Paula Monteiro de Almeida O Índice de Desenvolvimento Humano e a Teoria de Desenvolvimento de Amartya Sen - PUC Minas

Menção Honrosa: José Alderir da Silva Política Macroeconômica no Brasil, estabilidade, crescimento e restrição externa: O Governo Lula, 2003-2010 - UFRN

### **4.10. III Gincana Nacional de Economia**

---

Um evento realizado em Manaus de forma paralela ao XX Congresso Brasileiro de Economia foi a terceira edição da Gincana Nacional de Economia. Durante dois dias, estudantes competiram entre si medindo conhecimentos num jogo eletrônico que simula a utilização de variáveis macroeconômicas.



Ao todo foram 25 duplas inscritas, divididas em quatro grupos - três deles com seis duplas e um com sete. Em cada grupo todas as duplas jogavam entre si, classificando as duas melhores para a fase de quartas de final.

Na final os paranaenses William Eidt e Tiago Reichembach Elias, da Unioeste/Francisco Beltrão venceram os cariocas Paulo Sérgio Silva Sipriano e Pedro de Medeiros Lemos, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Três Rios. Na disputa pelo terceiro lugar os paulistas Gustavo Henrique Badin Corrêa e Robson Joaquim Laércio Alves, da Unesp/Araraquara levaram a melhor sobre os pernambucanos Raphael Dantas Rodrigues da Silva e Ana Paula Silva de Barros Souza, da Universidade Católica de Pernambuco.

A entrega dos prêmios foi realizada durante a solenidade de encerramento do XX Congresso Brasileiro de Economia. Os primeiros colocados receberam prêmios de R\$ 3 mil, R\$ 2 mil e R\$ 1 mil, respectivamente, sendo estes valores divididos entre os integrantes da dupla.

#### **4.11. III Encontro de Economistas da Região Sudeste**

---

O Corecon-SP realizou em Campinas, nos dias 17 e 18 de outubro, o III Encontro de Economistas da Região Sudeste. O Conselho Federal de Economia foi representado pelo conselheiro Antonio Eduardo Poleti.

Nos dois dias do evento foram apresentados 36 trabalhos de temas diversos, que vão desde a microeconomia até mercado de trabalho, passando por economia regional e urbana, finanças e economia do setor público, métodos quantitativos, macroeconomia, economia agrícola e desenvolvimento econômico.

Entre os pontos altos do evento estiveram a aula magna do economista Reinaldo Gonçalves, que falou sobre o “nacional desenvolvimentismo às avessas”; e o painel de encerramento, com o tema “Por que o Brasil tem crescido tão pouco?”, abordado pelo economista André Franco Montoro Filho.

#### **4.12. Simpósio sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional**

---



A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia (CINDRA) da Câmara dos Deputados promoveu no dia 16 de outubro um simpósio sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional que está sendo elaborada pelo Executivo.

O evento contou com a presença do Ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira. O conselheiro federal Eduardo José Monteiro da Costa participou como palestrante.

A fala de Costa foi uma das últimas, abordando o problema com grande riqueza de detalhes. Entre os assuntos discutidos, Eduardo defendeu o fortalecimento das superintendências e disse que o processo de formação de agências de desenvolvimento regional, que ocorreu no Sudeste e no Sul, não acontecerá no Norte e no Nordeste.

Outro aspecto da fala do conselheiro foi a necessidade de articular políticas nacionais e locais, com os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) trabalhando de forma complementar.

#### **4.13. Encontro Nacional dos Conselhos Profissionais**

---

O Conselho Federal de Economia se fez presente no 5º Encontro Nacional dos Conselhos Profissionais. O evento foi realizado de 17 a 19 de novembro, em Florianópolis, e teve como tema central "Conselhos Profissionais, um Instrumento de Proteção Social". Mais de 500 profissionais de diversas categorias participaram do evento.



Ao longo dos três dias foram realizadas seis palestras e dois painéis sobre assuntos relacionados diretamente às profissões regulamentadas, como fiscalização do exercício profissional, registro, responsabilidade civil e Lei Orgânica dos Conselhos, dentre outros. A participação do Cofecon se deu no painel sobre a atuação dos Conselhos: um dos painelistas foi o economista e conselheiro federal Paulo Dantas da Costa.

Ao final do evento foi divulgada uma carta na qual os Conselhos defendem as prerrogativas dadas pelo Estado, a qualidade dos serviços prestados à sociedade, a valorização do mérito, o fortalecimento das parcerias entre os governos e a prova de revalidação do diploma para a atuação de médicos estrangeiros no país.



#### 4.14. Seminário de Integração Regional do Zicosur

---



O presidente em exercício do COFECON, Luiz Alberto Machado, participou no dia 20 de novembro do Seminário de Integração Regional do ZICOSUR (Zona Centro Oeste da América do Sul), realizado nas instalações do Palácio San Martín, sede do Ministério das Relações Exteriores da Argentina.

A ZICOSUR é uma instituição impulsionada por governos e empresários, com o objetivo de coordenar posições de consenso e amplo apoio territorial, para integrar a zona central da América do Sul. Criada em 1997, tem como membros plenos 44 governos locais de 6 países: 10 províncias da Argentina, 8 departamentos da Bolívia, 1 estado do Brasil (Mato Grosso do Sul), 4 regiões do Chile, 4 departamentos do Peru e todos os departamentos do Paraguai.

Desde sua criação, a instituição trabalha ativamente para obter uma inserção internacional competitiva da região, promovendo o desenvolvimento da infraestrutura para a articulação de eixos de comunicação comuns que facilitem o deslocamento de pessoas e bens, agilizem o comércio intra e extrazona e contribuam para o encontro e o reconhecimento dos povos que a integram, potencializando o desenvolvimento harmônico e sustentável.

Machado participou do primeiro painel do Seminário, intitulado "Integração nos novos cenários geopolíticos: Enfoques para a integração produtiva, a nível internacional e de entidades subnacionais (experiência comparada)". Ele considerou o Seminário extremamente positivo, especialmente no sentido de contribuir para a divulgação de uma experiência de integração regional como é o ZICOSUR, e de apontar avanços e dificuldades ao seu desenvolvimento.



### Manifesto pela revisão da dívida dos estados com a União

A participação da sociedade na discussão de temas que, embora da alçada de decisão das autoridades constituídas, têm grande impacto na economia de modo geral, e particularmente nas condições de vida da população, constitui uma premissa dos regimes democráticos.

É dentro dessa visão que as entidades representativas dos economistas, que este subscrevem, decidiram apoiar o Ato Público convocado para colocar em debate as condições que norteariam a renegociação das dívidas de Estados e Municípios com a União, nos anos 90, e suas implicações econômicas, políticas e sociais, que se projetam até nossos dias.

O movimento visa conscientizar a sociedade sobre a importância da revisão das cláusulas leoninas dos respectivos contratos de refinanciamento, em vigor há quinze anos, que provocam o estrangulamento financeiro das grandes cidades do País e da maioria dos entes federativos, comprometendo irremediavelmente a capacidade de investimentos públicos em áreas essenciais, além de fragilizar os laços federativos.

Num período em que o Governo Federal se mostra extremamente generoso na redução dos encargos cobrados nos financiamentos federais ao setor produtivo, em particular para os grandes empreendimentos privatizados nas áreas de energia e transporte, manifesta-se incompreensível a resistência à revisão das condições do refinanciamento a Estados e Municípios.

É oportuno ressaltar que a dívida de Estados e Municípios não pode ser explicada como fruto de inépcia administrativa generalizada. Grande parte dos encargos assumidos por Estados e Municípios, na renegociação da dívida, teve como origem os ônus decorrentes da política monetária restritiva e sufocante de 1994/95. Deste modo, medidas destinadas à sustentação, por todos estes anos, do programa de estabilização que assegurou o sucesso do Plano Real provocaram, paralelamente, grande elevação nos juros que se incorporou à rolagem das dívidas do Setor Público.

Também não se pode deixar de enfatizar, quando se propugna pela revisão do indexador e das taxas de juros das dívidas refinanciadas pela União, que parcela considerável dessas dívidas se explica pela obrigação imposta aos entes federativos, pelo Governo Federal, de os Estados assumirem compromissos questionáveis com a privatização dos bancos estaduais, tanto para capitalizá-los, como para cobrir empréstimos bancários vencidos e não pagos.

Mas não basta rever as condições de atualização dos saldos devedores e dos encargos incidentes sobre os mesmos. É absolutamente necessário reduzir o nível de comprometimento da receita líquida real, que chega a atingir 15%, anulando qualquer pretensão de promover investimentos e até mesmo de melhorar a composição dos gastos correntes.

Por fim, impõe-se a fixação de um termo final para a quitação dos contratos, que, além dos quinze anos remanescentes de vigência, podem ser prorrogados por mais dez anos, o que inevitavelmente vai atingir sobretudo os maiores devedores, cujos saldos foram avolumando-se em razão de as prestações formalmente devidas ultrapassarem o teto mensal de 15% da receita líquida real, transformando as dívidas em verdadeiras bolas de neve, praticamente impagáveis.

Esta é, sem nenhuma dúvida, uma questão de todos nós. A indissolubilidade da Federação é cláusula pétrea da Constituição brasileira. A renegociação da dívida, que representa um verdadeiro pacto colonial, é essencial e urgente para permitir aos entes federativos que recuperem a sua autonomia e a capacidade de prover os serviços indispensáveis e os padrões mínimos capazes de assegurar o bem-estar e a qualidade de vida das nossas populações.

Brasília, 15 de maio de 2013.

**ERMES TADEU ZAPELINI**  
**Presidente do Conselho Federal de Economia**

**JUAREZ TREVISAN**  
**Presidente da Federação Nacional dos Economistas**

## Nota do COFECON Sobre as Manifestações Populares

A frequência e a dimensão com que grandes manifestações populares têm ocorrido no Brasil foram objeto da reflexão do Conselho Federal de Economia, reunido em Salvador, no encerramento do Encontro dos Economistas do Nordeste e na expectativa do início de mais um semestre letivo.

A maioria das reivindicações da população reside no aumento da oferta e na melhoria da qualidade dos serviços públicos de um modo geral, entendendo que isso seria possível se os recursos fossem melhor utilizados. A este quadro associa-se o sentimento de que a representação política deixou de mediar os interesses da população nas suas relações com o Estado. A desconfiança na classe política inspira toda a sorte de discussões sobre o que poderia constituir um novo modelo de institucionalização, que favoreça a incorporação da sociedade aos mecanismos de participação popular e nas decisões sobre o rumo das ações governamentais.

É relevante, nesta hora, que não nos deixemos levar por análises precipitadas e superficiais. A crise de representatividade das instituições políticas não é um fenômeno exclusivamente brasileiro; muito pelo contrário, discutem-se os caminhos da democracia ocidental já há algumas décadas. E manifestações massivas também se tornaram comuns em várias partes do mundo. Neste sentido, embora seja grande a tentação de comparar as nossas manifestações a outras mais recentes, elas parecem assemelhar-se mais à Occupy Wall Street e, em particular, a maio de 1968, na França, talvez por seu caráter difuso, aparentemente desprovido de lideranças institucionais ou pessoais e, de certo modo, errático.

Não vivemos em um regime autoritário, e a análise fria do conjunto de indicadores econômicos e sociais do Brasil oferece um quadro pelo menos razoavelmente positivo. Por outro lado, a ação dessas massas é dirigida contra as autoridades de todas as tendências e contra as instituições tradicionais; nisso não poupa sequer a mídia convencional.

Afinal, não se trata, aqui, de protestar contra o governo ou os governos, mas questionar o papel do Estado e expressar, de algum modo, o desconforto com o modo de vida atual, urbano, em grande medida por quem já está inserido no mercado de consumo de massas e está seguramente integrado a uma grande rede de informações que passa ao largo dos sistemas de comunicações tradicionais.

Em todas essas manifestações, transparece uma ânsia de atribuir e exigir de uma instituição coletiva, superior, o atendimento de anseios represados há muito tempo, que incorporam um conjunto mais amplo de aspirações de toda a sociedade e que se materializaram principalmente nas áreas de saúde, educação e transporte coletivo urbano. O caso do transporte coletivo urbano, em particular, é também o símbolo de um modelo anacrônico, baseado na ascensão social e no individualismo, representado, em grande parte, pelo processo de crescimento alavancado pela indústria automobilística.

Como pano de fundo, a cidade é também o locus onde as pessoas se amontoaram desordenadamente, a violência sutil ou flagrante se instaurou e banalizou e os laços de solidariedade familiar e social se esfacelaram.

O caos em que se vive hoje nas metrópoles brasileiras é o retrato do acúmulo de décadas de erros e omissões em que mergulharam todas as tentativas de desenvolver uma integração orgânica de planejamento regional e urbano: o Brasil, em muito pouco tempo, se transformou de rural em urbano, amontoou-se em torno de verdadeiras megalópoles e inchou e marginalizou as suas periferias.

Mesmo para as pessoas que conseguiram e mantêm um emprego, têm uma renda razoável e viram ampliadas as oportunidades de acesso ao ensino formal, é preciso algo mais. Não basta o diploma; requer-se formação de qualidade, que habilite para ocupações mais valorizadas. Satisfeitas as necessidades básicas, garantida a sobrevivência, quer-se a certeza de que estaremos todos contemplados com os avanços da ciência médica e de que poderemos envelhecer com hígidez e dignidade. Quer-se ainda ter a tranquilidade de saber que a violência não vai revogar o nosso direito de ir e vir. Tornamo-nos mais conscientes e exigentes.

Paralelamente, trava-se um diálogo de surdos entre a classe política e o conjunto da sociedade. Só que a classe política é parte dessa mesma sociedade, ao mesmo tempo que a política continua sendo o veículo preferencial através do qual as demandas sociais são canalizadas. Os vícios tantas vezes apontados nos políticos são o reflexo de uma sociedade que ainda não quis assumir-se, que delega a sua vontade e não exige uma contrapartida.

Em momentos como este, é grande o risco de sucumbirmos a soluções autoritárias ou paternalistas, de cedermos às tentações de reforçar alianças baseadas em modelos assistencialistas, como um traço indelével que deu curso a toda a História deste País.

Que os excessos cometidos, inclusive por todos os tipos de oportunistas e marginais, não provoquem o refluxo da simpatia e dos apoios que o movimento conquistou no início de sua caminhada. Os temores da maioria silenciosa e acomodada, as ameaças veladas de descontrole e anarquia, a desorganização da sociedade civil, tudo isso pode apagar rapidamente da memória esse lampejo, esse espasmo de grandes contingentes da população insatisfeita, que continua buscando espaços e procurando alternativas.

Que todas essas reações sirvam especialmente para despertar os economistas, para que eles comecem a mudar o foco de suas preocupações, para que comecem a perceber a realidade não apenas através dos frios números e de suas análises meramente quantitativas. Comecemos por dar valor às dimensões qualitativas da vida e da natureza. Quem sabe possamos tomar algumas lições do pequenino e distante Butão, onde, mais importante que o PIB ou a renda pessoal, é o índice da felicidade geral, objetivo final do estudo da Ciência Econômica.





Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, sala 501 | CEP: 70318-900 - Brasília/DF  
Tel:(61) 3208-1800 / Fax:(61) 3208-1814 | CNPJ: 33.758.053/0001-25